

DERROTAR A EXTREMA-DIREITA E AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BRASIL

“O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo. (Manifesto da Fundação, 10 de fevereiro de 1980).

O socialismo petista é fundado na democracia como democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas socioambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável. O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo. (3º Congresso Nacional do PT)

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O chamado Consenso de Washington e o predomínio global do neoliberalismo nos últimos 40 anos desencadearam um processo de financeirização, de abertura comercial indiscriminada, de

privatizações, com consequente perda de dinamismo nas economias em desenvolvimento. A atrofia do Estado democrático e o poder absoluto do capital financeiro, completamente desregulado e isento de fiscalização, levaram em 2008 à quebra do Lehman Brothers e de outros grandes bancos dos EUA e da Europa, com efeitos desastrosos para a economia global, comprometendo o crescimento dos próprios países avançados. A crise mundial da pandemia, que eclodiu em 2020 e só foi superada três anos depois, graças ao protagonismo dos Estados, deixou ainda mais evidente o fracasso histórico do neoliberalismo como modelo de desenvolvimento.

A crise do capitalismo contemporâneo não é meramente conjuntural, mas expressa contradições estruturais profundas e o esgotamento do modelo neoliberal. Trata-se de uma crise multidimensional, econômica, social, ambiental e civilizatória, que exige mais do que reformas pontuais ou ajustes regulatórios. Enfrentá-la requer respostas que questionem as bases do sistema capitalista e apontem para alternativas civilizatórias fundadas na solidariedade, na sustentabilidade e na democracia.

Nesse período, a grande exceção ao baixo nível de crescimento econômico foi a emergência histórica do modelo de desenvolvimento chinês, que estabeleceu um novo padrão de relação entre Estado e mercado. Nesse contexto, a reação trumpista de promover um enfrentamento comercial, impondo seu tarifaço a 180 países, sem distinção entre países ricos e pobres, é agressiva, unilateral e hostil, com potencial para acarretar prejuízos para a economia e a população dos próprios Estados Unidos.

Mais que discursos, é necessária a união do país em torno da defesa de nossas empresas, de nossos empregos e de nossa economia, criando um grande movimento em defesa da soberania nacional, o Brasil e o Presidente Lula - além do esforço por abrir novos mercados que possam substituir parcialmente o mercado volátil, sem segurança jurídica e previsibilidade econômica dos EUA - precisam tomar medidas que fortaleçam nossa soberania alimentar, energética, produtiva, digital, comunicacional e militar. É este conjunto de medidas que pode eliminar a histórica dependência externa e criar as bases materiais para nosso projeto histórico.

Cabe não só ao Governo, mas ao PT, com toda a sua força e capilaridade, ajudar o Presidente Lula e o Governo, por meio de sua Secretaria de Relações Internacionais e de seus deputados, senadores, prefeitos, governadores, líderes populares dos diversos movimentos sociais, intensificar a política de relações internacionais e o intercâmbio político, cultural e de negócios com os países do BRICS, da África, da América Latina, da União Europeia e de todos os continentes que não querem se submeter a uma ordem econômica assimétrica, excludente, exploratória e autoritária.

Uma nova ordem multipolar está surgindo, e essa reação de Trump representa o desespero do império. O Brasil precisa ao mesmo tempo tomar cuidados internos e externos contra essa reação violenta do império e de seus aliados internos em boicote à economia e às instituições democráticas.

A imposição de tarifas de 50% sobre todos os produtos brasileiros pelos EUA, anunciada por Donald Trump em 9 de julho de 2025,

representa uma medida sem precedentes, com implicações econômicas, políticas e geopolíticas complexas. Com uma motivação política explícita, a tarifa foi anunciada via carta a Lula, vinculando-a explicitamente ao julgamento de Jair Bolsonaro por tentativa de golpe após as eleições de 2022. Trump classificou o processo como "caça às bruxas" e "desgraça internacional", exigindo sua interrupção imediata. Além disso, recorre a uma narrativa de desequilíbrio comercial inexistente, pois os EUA têm superávit comercial com o Brasil (US\$ 7,4 bi em 2024), e inicia uma investigação de práticas desleais acusando censura a redes sociais e barreiras não tarifárias, ampliando o conflito. É ainda inegável a dimensão geopolítica do anúncio de Trump, que ocorreu durante a cúpula do BRICS, no Rio, em que Trump também ameaçou tarifas adicionais de 10% contra países do bloco por "antiamericanismo".

A resposta brasileira foi a rejeição firme do Presidente Lula, ao declarar que "o Brasil não aceita tutela", ressaltando a independência do Judiciário e a soberania nacional e buscando unir as forças empresariais e produtivas, assim como todas as forças políticas democráticas brasileiras, e se dispondo a negociar, em primeiro lugar, sem abrir mão da soberania e de sancionar também os EUA caso insistam em manter as hostilidades comerciais contra o Brasil.

Vale notar que essa verdadeira guerra comercial ocorre num momento em que a China tem uma grande solidez econômica e as cadeias produtivas são muito mais integradas do que no passado. Não contente em cortar recursos da cooperação internacional, Trump tenta transferir o ônus dos problemas internos dos EUA para o resto do

mundo. Tudo indica que os efeitos danosos da política de Trump começam a afetar o seu apoio interno, inclusive em setores do establishment. Além disso, alguns países têm retirado parte dos seus investimentos dos EUA em busca de sistemas de comércio que não dependam exclusivamente do dólar, devido ao sentimento de insegurança geral.

Essa guerra comercial promovida pelos EUA ainda está em evolução e com muitas incógnitas sobre o que vai efetivamente prevalecer. Tem-se a impressão de que há muito jogo de cena, mas não se deve subestimar o estrago que ela pode causar devido ao grande peso que os EUA continuam a ter na geopolítica e na economia global. A América do Sul havia sido relativamente poupada num primeiro momento, inclusive, pela firmeza de seus principais mandatários. Mas a economia mundial, por diversos fatores, encontra-se no limiar de uma crise financeira e comercial. Esse quadro de instabilidade vai afetar decisões de investimentos e tende a causar desaceleração no mundo, podendo igualmente provocar inflação.

No plano político mundial, crescem as ameaças à democracia e à paz. A extrema-direita avança em várias partes do mundo, aproveitando-se das dificuldades econômicas e das ambiguidades dos Governos tradicionais em relação ao Estado de Bem-Estar Social e aos próprios valores da democracia. Ganha força junto às classes populares, viabilizando-se eleitoralmente em inúmeros países com pautas xenófobas, misóginas e homofóbicas. Alimenta o discurso do ódio de um modo diretamente inspirado na ascensão histórica do nazismo e do fascismo.

Por outro lado, prossegue o genocídio do povo palestino com o apoio e/ou a complacência dos EUA e de muitas democracias ocidentais. Importantes ministros do Governo Israelense pregam abertamente a “extinção definitiva” da Palestina e a “anexação permanente” do seu território por Israel. Os palestinos estão proibidos de receber até mesmo remédios e alimentos e todos os dias idosos e crianças morrem de fome. A ONU, que desde 1947 recomenda a criação de dois Estados na região, vê-se completamente manietada e já teve até funcionários assassinados por Israel. O PT defende o fim do genocídio em Gaza, a total desocupação do território pelo exército israelense e o imediato reconhecimento do Estado Palestino pela comunidade internacional.

Quanto à guerra na Ucrânia, que envolve, como se sabe, múltiplos atores e toda a geopolítica global, além de interesses específicos dos EUA nas riquezas minerais ucranianas, parece evidente que o conflito só terminará mediante uma negociação efetiva que barre o expansionismo da OTAN. O PT sempre apoiou e continua apoiando o caminho da negociação, o único capaz de restabelecer a paz na região.

Na América Latina e no Caribe se vive um tempo de resistência dos Governos progressistas e das forças populares que tentam consolidar seus projetos de reformas econômicas e sociais, libertando-se do neoliberalismo (ainda que as oligarquias e as minorias privilegiadas continuem tentando impor a ortodoxia fracassada). São muitas as dificuldades enfrentadas pelos governos populares, em meio a crises econômicas e pressões externas, além da convivência com vizinhos

de extrema-deita aliados ao imperialismo, a exemplo de Milei, na Argentina, Noboa, no Equador, e Bukele, em El Salvador. A ordem neoliberal tenta manter-se por meio da pressão dos países do Norte sobre as nações do Sul, impondo acordos neocoloniais e profundamente onerosos. Os países do Norte querem preservar a sua hegemonia econômica e política controlando o acesso aos recursos e suprimentos dos países do Sul para atender suas próprias necessidades. Querem continuar determinando para onde vai (ou não vai) o desenvolvimento econômico e tecnológico, submetendo ao seu poder as estratégicas reservas naturais e energéticas, os bens comuns e até as populações do Sul global. Nesse quadro, os países precisam, mais do que nunca, intensificar a integração regional que, mesmo sendo um processo complexo e cheio de obstáculos, é essencial para fortalecer a região em sua luta pelo desenvolvimento e pela justiça social, e também para potencializar a defesa de uma nova ordem internacional mais justa e equilibrada. Juntos, os países, inegavelmente, são mais fortes. Como disse o Presidente Lula na última cúpula da CELAC com a China, realizada em maio de 2025: “O futuro da América Latina depende do nosso comportamento, da análise justa do que nos aconteceu no século XX. (...) Para que a gente compreenda de uma vez por todas que não há saída para nenhum de nossos países individualmente. Temos 500 anos de história que provam isso. Ou nos juntamos entre nós e procuramos parceiros que queiram construir um mundo compartilhado, ou a América Latina continuará representando a pobreza no mundo”.

Além da Integração Regional, outra importante diretriz de política externa do PT deve ser a participação na consolidação do Fórum de

Partidos Políticos dos BRICS, grupo estratégico formado por grandes economias emergentes que buscam ampliar sua voz e influência na governança global, promover o desenvolvimento mútuo e criar alternativas às instituições financeiras tradicionais como o FMI e o Banco Mundial.

O PT e os nossos governos sempre condenaram o perverso bloqueio dos EUA a Cuba, que vigora há mais de 60 anos, prejudicando a economia e todos os setores da vida cubana, além de manter Cuba em uma lista espúria de países patrocinadores do terrorismo, o que não passa de um pretexto para recrudescer as restrições econômicas. A Assembleia-Geral da ONU já aprovou diversas vezes o fim do bloqueio e está mais do que na hora de tornar efetivas as suas resoluções.

A diplomacia presidencial de Lula tem aberto novas oportunidades, como ocorreu no G-20 e mais recentemente com as visitas ao Japão, à China e ao Vietnã. Os BRICS constituem um espaço privilegiado para a construção de alianças comerciais e de investimentos, criando novos caminhos para o multilateralismo.

Neste ano, será realizada também a COP30 no Brasil, em Belém do Pará. A temperatura média global aumentou 1,5°C nos últimos 18 meses. Nenhuma das previsões climáticas indicam uma elevação tão acelerada. Até agora, pesquisadores e cientistas do clima não explicaram o que aconteceu, e se esse processo é reversível. Se o aquecimento continuar nesse ritmo, a temperatura média global chegará a 2,5°C ou mais até 2050, com impactos catastróficos sobre a vida no planeta. Os desastres climáticos são cada vez mais intensos

e frequentes no mundo inteiro. Pelo seu tamanho continental, o Brasil vem sendo duramente impactado: enchentes no Sul, secas no Norte e incêndios em diversas regiões. O mais grave é que a extrema-direita, além do negacionismo sanitário, que já foi trágico na pandemia, agora assume o negacionismo climático como uma de suas bandeiras centrais. Os EUA, que já abandonaram as metas do acordo de Paris, estão retirando o estímulo às energias renováveis e priorizando fortemente a energia de base fóssil (inclusive o carvão), o que vai agravar a deterioração do clima.

Na COP30 será importante construir pactos e alianças que garantam um salto de qualidade no compromisso com essa causa e contribuam para concretizar, cada vez mais, a agenda climática. O restauro florestal e a preservação dos biomas brasileiros são uma exigência fundamental do modelo de desenvolvimento. Assim como foi estruturado o CEMADEM para alertas em defesa civil, é preciso também se preparar para enfrentar as calamidades climáticas e reconstruir as áreas atingidas com novos padrões de resiliência e segurança. O cenário previsível vai exigir planejamento, articulação e pronta resposta.

Um dos princípios básicos que o PT sempre defendeu para a política externa brasileira é o multilateralismo em todos os níveis - político, econômico, cultural, social, tecnológico - com base na soberania de cada país e de cada povo. O multilateralismo é fruto de uma visão de mundo, de uma concepção civilizatória, não apenas da defesa dos interesses nacionais. Para um partido como o PT, as motivações da política externa não se resumem à geopolítica, ao comércio e aos

investimentos, por necessários que eles sejam. Nesse sentido, se reafirma a importância que o PT atribui à relação Brasil-África, o caráter estratégico dessa cooperação com o continente africano.

O GOVERNO LULA E A CONJUNTURA NACIONAL

Para uma avaliação adequada da atual conjuntura brasileira, dos avanços e desafios do projeto de desenvolvimento nacional do PT, é preciso partir da gravíssima situação em que Lula encontrou o país ao voltar à Presidência da República em 2023.

A verdade é que o Brasil estava mergulhado em uma perigosa soma de crises: crise econômica, crise social e crise institucional. O desgoverno Bolsonaro deixou uma herança terrível, um acúmulo enorme de problemas imediatos e de bombas de efeito retardado. Um país completamente fora dos trilhos e com diversos setores da administração pública ameaçados de colapso.

A vitória da chapa Lula-Alckmin, com base em uma ampla aliança democrática proposta, foi liderada pelo campo progressista, foi fundamental para livrar o povo brasileiro do pesadelo que seria mais um mandato de Bolsonaro com sua fobia antipopular, sua barbárie ético-cultural e sua marcha acelerada para o fascismo. Não se pode esquecer que a eleição ocorreu sob influência de uma gigantesca indústria de mentiras, com o uso escandaloso da máquina, em um verdadeiro dilúvio de dinheiro público, com a coação de eleitores por patrões bolsonaristas e a mais extrema e impune brutalidade política,

inclusive com assassinatos de companheiros do PT. Nesse contexto, o triunfo de Lula e Alckmin foi extraordinário, um feito histórico. Mas foi também uma conquista árdua, difícil, com margem bastante apertada, para a qual o PT e as esquerdas deram uma contribuição decisiva, mas que contou com o apoio de outros setores de opinião e de segmentos políticos que não fazem parte do campo petista. E certamente não teria acontecido se o candidato não fosse Lula, na sua condição de maior liderança política e popular do país. Por outro lado, o êxito da eleição presidencial não se traduziu em uma composição favorável no Congresso Nacional, onde predominam o conservadorismo e o direitismo, com uma correlação de forças extremamente complexa e desafiadora.

As agudas tensões institucionais, que já vinham de antes, provocadas pelo próprio Bolsonaro e seus aliados, foram agravadas pela radicalização antidemocrática da extrema-deita que incitou grupos políticos, sociais, empresariais e militares a negarem e subverterem o legítimo resultado das urnas, processo que culminaria com a violenta tentativa de Golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. A punição exemplar dos golpistas, sejam mandantes ou executores, além de legal e justa, é absolutamente necessária para que tais atentados à democracia nunca mais se repitam.

Na esfera econômica e social, Lula defrontou-se com uma verdadeira terra arrasada. Viu-se diante de uma economia estagnada, à beira da recessão, e de um orçamento federal fictício, impossível de cumprir. Antes mesmo de tomar posse, teve que negociar e aprovar no Parlamento a PEC da Transição, indispensável para cobrir o rombo

das contas públicas e evitar a paralisação da máquina administrativa. O Orçamento de Bolsonaro para 2023 já previa um Déficit de R\$ 63 bilhões, sem nenhum espaço, por exemplo, para o programa Bolsa Família de R\$ 600 que ele próprio garantiu mentirosamente na campanha, nem para o Farmácia Popular e o Mais Médicos, programas tão necessários à sobrevivência de milhões de brasileiras e brasileiros. E menos ainda para investimentos em infraestrutura produtiva e social, como os do PAC e do Minha Casa, Minha Vida.

Políticas públicas essenciais, construídas ao longo de anos e que melhoraram fortemente as condições socioeconômicas do país, dando ao Brasil um inédito reconhecimento internacional, estavam destroçadas e em muitos casos tiveram que ser reiniciadas do zero. Órgãos estratégicos para a prestação de serviços à população e para a promoção do desenvolvimento tinham sido extintos, esvaziados ou completamente deturpados em suas finalidades.

Tudo isso obrigou o novo Governo, para tornar possível a execução de seu programa, a fazer um enorme esforço de saneamento da máquina e de recuperação de instrumentos cruciais de ação governamental. Em muitos casos, esse esforço dependeu de prolongadas negociações na Câmara e no Senado. Da mesma forma, foi necessário resgatar o caráter democrático e republicano do Poder Executivo. Bolsonaro havia militarizado arbitrariamente a Presidência e diversos órgãos federais (o caso do Ministério da Saúde, em plena pandemia, chocou profundamente o país), comprometendo seu caráter civil e a eficiência técnico-administrativa. Com Lula, as forças

armadas voltaram a exercer as suas estritas funções constitucionais e o poder civil foi desmilitarizado.

A desastrosa herança econômica e social de Bolsonaro, contudo, não ficou tão evidente quanto deveria para o conjunto da população. Em parte porque a tentativa de Golpe de Estado ocupou, como era de se esperar, o centro do noticiário e do debate nacional; em parte porque a PEC da Transição, imprescindível para que o novo Governo pudesse funcionar, exigiu prioridade e atenção redobrada de Lula e sua equipe; e também porque amplos setores da mídia não queriam, de modo algum, admitir o fracasso da política ultraneoliberal de Paulo Guedes, com suas privatizações absurdas, suas desonerações pouco menos que criminosas e seu permanente ataque à indústria brasileira, aos programas sociais, às universidades públicas; Mas é preciso reconhecer que faltou uma divulgação sistemática e abrangente da trágica situação encontrada, que era pior ainda do que se imaginava e do que os dados manipulados de Bolsonaro e Guedes faziam crer.

O fato é que uma das maiores e mais estratégicas conquistas do atual Governo Lula - a reconstrução do Estado democrático, de suas principais políticas e de sua capacidade operacional - acabou não tendo o destaque que merecia e merece. Sem essa reconstrução, que absorveu grande parte das energias do Governo, inclusive para normalizar e ampliar as relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o mundo, o país não teria conseguido retomar o caminho do desenvolvimento e voltar a crescer de modo sustentado como está acontecendo.

O desgoverno Bolsonaro aprovou a autonomia do Banco Central, que, na prática, significa uma independência do povo e da democracia e uma completa dependência dos banqueiros e da Faria Lima. A partir dessa autonomia, o Banco Central promoveu uma política econômica contracionista. Hoje, a taxa de juros ainda é excessivamente alta, na contramão das políticas expansionistas e desenvolvimentistas tocadas pelo Governo.

Persistem, obviamente, desafios que estão fora da governabilidade direta do Executivo. Por exemplo: a difícil correlação de forças no Congresso Nacional, na atual legislatura, é um dado incontornável que tem exigido - e seguramente continuará a exigir - ao mesmo tempo muita firmeza de propósitos e grande capacidade de negociação das lideranças e bancadas.

As ações da família Bolsonaro, financiadas e coordenadas publicamente pelo próprio Bolsonaro, que despachando seu filho, deputado fugitivo do país, Eduardo Bolsonaro, para coordenar ações de sabotagem contra a economia, os empregos e as empresas brasileiras direto dos EUA, constitui, de um lado, um grave ataque ao país e a nossa soberania, mas, por outro lado, exige a união de todas as forças políticas democráticas e as forças econômicas do país em torno dos interesses nacionais.

É tarefa do PT ajudar o Governo e o Presidente Lula a constituírem um bloco político, social e econômico em defesa da soberania, das instituições e da economia, preservando e fortalecendo a política de criação de mais e melhores empregos e salários e, ao mesmo tempo, fortalecendo as empresas na indústria, no comércio, nos serviços e na

agricultura, para aproveitar as oportunidades que toda crise traz e que a abertura desta nova ordem mundial oferece para que o Brasil e as empresas ampliem seus mercados em um mundo multipolar.

O mais importante, no entanto, é que Lula não se deixou intimidar pela herança bolsonarista nem pela complexidade do quadro político e institucional e pôs em prática, desde o primeiro dia, medidas fundamentais do programa democrático-popular com o qual venceu as eleições.

Além de resgatar a credibilidade e o protagonismo internacional do Brasil, implementou imediatamente uma nova política econômica e social, com vistas a promover o crescimento com geração de empregos, distribuição de rendas e inclusão social.

Reativando o circuito de consumo popular, por meio de políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo e ampliação do crédito para pessoa física, combinados com um forte estímulo às pequenas, médias e grandes empresas, o Governo superou todas as expectativas para a economia brasileira. O país cresceu 3% em 2023 quando a previsão do mercado no início do ano era inferior a 1%. Em 2024, cresceu 3,2%, contrariando o prognóstico dos chamados especialistas do mercado, de que não passaria de 2%. O país atingiu a menor taxa de desemprego da história do Brasil, que foi reduzida de 9,3% em 2022 para 7,8% em 2023 e 6,6% em 2024, batendo recorde na criação de empregos formais, gerando 1,45 milhões de postos de trabalho em 2023 e 1,69 milhões em 2024. Nesse novo cenário, o rendimento real do trabalho cresceu 3,7% em 2024 e a massa salarial, 6,5%. Alcançando o menor nível de pobreza e de extrema pobreza da

série histórica e também o menor número de jovens entre 15 e 21 anos que não estudam nem trabalham.

E esses importantes resultados foram conquistados com inflação controlada, terminando 2023 dentro da meta, em 4,6%, e 2024, ligeiramente, acima da meta, em 4,8%. Em 2024, a inflação foi afetada sobretudo por fatores cambiais e climáticos e também pelo aumento do preço internacional de commodities, incidindo principalmente no preço dos alimentos, que havia tido uma desaceleração de 0,5% em 2023 e teve um crescimento de 8,2% em 2024. Considerando que o preço dos alimentos pesa especialmente para as famílias mais pobres, essa situação preocupa. Até porque o acréscimo recente se dá sobre um patamar de preços já bastante elevado, uma vez que a inflação de alimentos entre 2019 e 2022 foi de mais de 50%. O Ministério da Fazenda avalia que o alívio dos fatores climáticos e a safra recorde de grãos neste ano devem reduzir a pressão sobre os preços de alimentos. Se necessário, dada a sua relevância social, o PT considera que devem ser estudadas outras medidas para enfrentar o problema.

Ressalvada essa dificuldade específica, que o Governo monitora com atenção, a situação geral da economia brasileira é sólida e sustentável. O significativo crescimento de 2023 e 2024 pode e deve continuar. Até porque ele foi obtido com uma virtuosa combinação de responsabilidade social e responsabilidade fiscal. Com as providências necessárias, o Governo recuperou o equilíbrio das contas públicas e tem cumprido as metas estabelecidas para o resultado primário, descontados apenas os gastos verdadeiramente

emergenciais, como os R\$ 111 bilhões destinados a combater as calamidades do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez, o reequilíbrio das contas públicas não foi obtido às custas da classe trabalhadora e do povo pobre. A arrecadação foi recomposta, entre outras medidas, com a tributação de fundos Off-Shores e dos fundos exclusivos, e também melhorando a eficiência dos gastos e combatendo privilégios, como é o caso da limitação de supersalários e do projeto de reforma da previdência dos militares.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Trata-se agora de avançar na agenda de Justiça Tributária, cumprindo o compromisso de colocar os pobres no orçamento e os ricos no Imposto de Renda, isentando do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais, reduzindo a alíquota de quem ganha até R\$ 7 mil, promovendo a tributação justa de quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês e também de quem ganha mais de R\$ 100 mil (R\$1,2 milhão ao ano). Com isso, 90% dos contribuintes serão beneficiados; menos de 1% terá aumento de alíquota. A proposta de reforma do imposto de renda tem amplo apoio popular, tanto para isentar quem ganha menos quanto para tributar quem ganha mais. Com essa proposta, uma professora que ganha hoje R\$ 4.867 por mês poderá economizar até R\$ 3.970 no ano. A justiça tributária, além de seu sentido ético, ajuda a alavancar o crescimento econômico, aumentando a renda e o consumo de quem mais precisa.

A adoção da proposta de reforma do Imposto de Renda, com a isenção dos menores salários e a taxação de um mínimo de 10% para

as rendas maiores, abriu um caminho para a disputa política e ideológica de conceitos fundamentais para o projeto do PT.

A taxaço do IOF seguiu este caminho, e com a reaco radical e ilegal do Congresso, o Governo optou, pela primeira vez nesse mandato, pela disputa direta com o Congresso. Esta decisao mostrou-se absolutamente acertada e iniciou o processo de melhoria da aprovacao do presidente.

A resposta permitiu a retomada pela esquerda e pelo Governo da bandeira, dos simbolos nacionais e a defesa do Brasil. Ao mesmo tempo, a defesa didatica e criativa da justica tributaria revelou a hipocrisia daqueles que, ao defender menos impostos, defendiam as altas rendas dos ricos e muito ricos, em detrimento dos servicos pblicos e das politicas sociais para a maioria do povo.

Na politica fiscal, coloca-se a necessidade de uma libertacao da pressao permanente e artificial do mercado financeiro especulativo. E preciso enfrentar o martelar diario da midia corporativa ligada aos interesses do rentismo, que transforma qualquer gasto social em vilao, enquanto defende e justifica isencoes tributarias de bilhoes e os altos juros, tanto a taxa Selic quanto os injustificaveis altissimos juros praticados pelos bancos.

Esse caminho de disputa, evidentemente, implica numa confrontacao com a especulacao financeira e seus aliados. Mas tem o apoio da populacao quando apresentado com clareza e visibilidade, como ocorreu na reforma do Imposto de Renda, no IOF e na defesa do Brasil. Alem disso, viabiliza melhor a mobilizacao popular na defesa

de Governo e dos conceitos políticos que o partido defende. Por isso, esse é o caminho que o PT deve trilhar.

Em uma economia de mercado, os bancos têm papel central no desenvolvimento nacional. É papel do Estado direcionar o crédito e os investimentos por meio dos seus braços financeiros como o BB, a CEF, o BNDES, o BNB, entre outros. Para continuar desenvolvendo o Brasil, é necessário que os Bancos Públicos, mais do que nunca, operem crédito barato. É importante para o Brasil estimular o consumo e os investimentos por meio de uma política de redução do spread bancário, bem como continuar modernizando o sistema financeiro e os bancos oficiais para se contrapor aos ataques imperialistas mobilizados por instituições financeiras e de pagamentos estrangeiros, como os recentes ataques ao Pix.

Na mesma linha, cabe ressaltar a aprovação da chamada reforma tributária do consumo, com vistas a tornar mais simples e eficiente o sistema tributário. Ela vai, com certeza, diminuir os conflitos entre os estados, favorecendo a equidade fiscal. Pela mesma razão, deve-se destacar também a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e do Imposto Seletivo, que contribuirá para desestimular a compra de produtos com impacto ambientalmente negativo, sem falar nos componentes distributivos que foram introduzidos na arrecadação indireta, com a isenção da cesta básica e a adoção do mecanismo de cashback, devolvendo à população de baixa renda a parcela paga em impostos.

Será necessário repensar o sistema econômico atual e defender soluções institucionais inovadoras e capazes de dar dignidade a todos

os indivíduos, elevar o grau de justiça, permitindo a sua participação na riqueza da nação. É preciso dar destaque à Renda Básica de Cidadania nesse processo, como o fez o Presidente Lula com a criação do Grupo de Trabalho sobre o tema junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para estudar como será a gradual transição do Programa Bolsa Família até chegar à Renda Básica Universal e incondicional, conforme determinam as Leis 10.835/2004 e 14.601/2023. Assim cada pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, por meio dela, irá elevar seu grau de liberdade, dignidade e satisfação das necessidades básicas. Uma sociedade justa e fraterna, como a proposta, deverá garantir a todos as chances de desenvolver-se em pé de igualdade e longe da miséria.

Não se pode aceitar que o futuro do Brasil seja apenas uma potência agrícola e de commodities. É preciso seguir apoiando o desenvolvimento tecnológico da produção agrícola, por exemplo, apoiando o trabalho da Embrapa, agregando valor, beneficiando e industrializando os produtos exportados. Mas o esforço principal buscará três objetivos: proteger o meio-ambiente da devastação; garantir a soberania alimentar por meio do fortalecimento da pequena e média produção, da agricultura familiar; e reindustrializar o Brasil.

Não se trata de opor agronegócio à agricultura familiar, mas sim entender que os dois são importantes para o Brasil, promovendo e recuperando terras degradadas; ampliando o reflorestamento com sistema agroflorestal, inclusive criando uma intensa poupança com madeira de lei; e promovendo um grande financiamento da agricultura

familiar, transformando os milhares de hectares da agricultura familiar em unidades modernas de produção.

REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA

A reforma agrária e a consolidação e desenvolvimento da agricultura familiar são bases para o novo modelo de desenvolvimento baseado na equidade, justiça social, preservação ambiental e paz no campo.

A reforma agrária é uma política estruturante, não somente para um novo modelo de economia, mas também para defender a democracia no Brasil. A desconcentração da estrutura fundiária é fundamental para erradicar a miséria e a fome e garantir que o Brasil não retroceda ao passado autoritário.

A reforma agrária e a agricultura familiar exercem papel estratégico na alimentação dos brasileiros e no desenvolvimento sustentável do meio rural. Importante dizer que mais de 70% da alimentação dos brasileiros advém da agricultura familiar. E foi a agricultura familiar, com sua diversidade de produtos, que ajudou o país sair, mais uma vez, do mapa da fome. Além disso, a agricultura familiar emprega a maior parte da mão de obra no meio rural e é quem preserva a biodiversidade e garante o equilíbrio ambiental. A reforma agrária e sua política de desenvolvimento do campo devem fazer parte central do programa do PT.

Embora os governos do PT avançaram em políticas para o campo, ainda há desigualdade e exclusão social no meio rural. A concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e um contingente grande de trabalhadores que lutam pelo acesso à terra ainda é um grande desafio a enfrentar na sociedade brasileira. Defender a reforma agrária e a agricultura familiar é garantir equilíbrio ambiental, soberania alimentar e paz no campo. Ampliar a participação popular nas decisões que envolvem o rural brasileiro é essencial para enfrentar as desigualdades históricas, disputar o modelo de desenvolvimento e garantir que os trabalhadores e trabalhadoras do campo tenham voz ativa na formulação das políticas públicas que os afetam diretamente. É fundamental que o Partido dos Trabalhadores contribua decisivamente no processo de organização camponesa, compreendendo que o fortalecimento das organizações sociais do campo é condição estratégica para a construção de um novo projeto de país.

Reconstruir a política agrícola e agrária é fundamental para a reconstrução e a união do Brasil. É fundamental que o Partido dos Trabalhadores contribua decisivamente no processo de organização camponesa, compreendendo que o fortalecimento dos sindicatos rurais, das cooperativas e das associações de base é condição estratégica para a construção de um novo projeto de país. A defesa da reforma agrária compreende ir além da distribuição de terras, articulando crédito, assistência técnica e universalização da ATES gratuita, com respeito aos saberes tradicionais, respeitando a aptidão de cada bioma, de forma sustentável e participativa, com base na soberania alimentar e na valorização dos modos de vida do campo.

Ampliar a participação popular nas decisões que envolvem o meio rural brasileiro é essencial para enfrentar as desigualdades históricas, disputar o modelo de desenvolvimento e garantir que os trabalhadores e trabalhadoras do campo tenham voz ativa na formulação das políticas públicas para exercer sua cidadania plenamente.

O compromisso do Partido dos Trabalhadores com a prioridade da democratização da terra, para todas as pessoas que queiram viver e trabalhar no campo, exige a ampliação das desapropriações de latifúndios improdutivos, o combate à grilagem e à concentração fundiária. Também exige a defesa dos territórios indígenas, quilombolas e tradicionais. Numa compreensão de que a terra é um bem comum, orientada pela função social e voltada à soberania alimentar e à justiça social.

Em razão disso, nosso partido deve orientar sua atuação parlamentar e de governo para reorganizar a produção de alimentos com base na agroecologia e na agricultura camponesa, incluindo políticas públicas para distribuição de sementes crioulas, acesso a insumos orgânicos, agroindustrialização nos territórios e canais próprios de comercialização. A produção agroecológica deve ser tratada como prioridade para garantir segurança alimentar e combater a fome.

Aprofundar a construção do plano nacional de mecanização voltado à agricultura camponesa e familiar, com foco na redução da penosidade do trabalho, na elevação da produtividade agroecológica e na valorização do trabalho das mulheres e da juventude rural. É fundamental garantir acesso a máquinas adequadas, tecnologias populares, biofábricas e cooperativas de produção e processamento

de alimentos. Além disso, a política agrícola deve ser orientada, sempre, para servir às necessidades da classe trabalhadora do campo. Para tanto, o partido deve atuar na defesa da garantia de preços mínimos justos, estoques reguladores públicos, programas de compra governamental de alimentos e crédito subsidiado específico para a agroecologia.

Reafirma-se o compromisso com a educação do campo como política estruturante, devendo defender o fortalecimento das escolas do campo com currículo próprio, políticas de permanência estudantil, educação técnica e superior voltadas ao desenvolvimento dos territórios camponeses, e formação política com base na emancipação, na cultura camponesa e na luta de classes. O partido defenderá a criação de políticas públicas que incentivem e valorizem as manifestações culturais populares, tradicionais e insurgentes dos assentamentos, acampamentos, quilombos, aldeias e periferias rurais.

Por fim, se considera os assentamentos como territórios vivos de construção de um novo modelo de sociedade. O PT atuará em todas as esferas, do governo e da sociedade, para garantir infraestrutura, acesso à terra, serviços públicos e políticas integradas que transformem os assentamentos e comunidades camponesas e a agricultura familiar em territórios de vida digna, protagonismo popular.

A volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar foi um marco fundamental do Governo Lula 3.0, após sua trágica extinção em 2016. O recado era direto: enfraquecer a agricultura familiar, a produção de alimentos de qualidade e destruir políticas estruturantes para o campo brasileiro. Com a volta do MDA,

vêm os maiores Planos Safra da história, a volta de investimentos recorde em programas como PRONAF, PRONERA, PAA, PNAE, Programa Terra Legal e Crédito Fundiário, volta também o olhar sobre quem produz. orçamento do MDA triplicou, alcançando R\$ 2 bilhões e a meta até 2026 é beneficiar 326 mil famílias, sendo 60 mil com acesso a terras em novos assentamentos.

Além disso, o Plano Juventude e Sucessão Rural indica enfrentamento ao envelhecimento do campo com atualização do seu acesso e compromisso com a garantia de condições de permanência da juventude no campo. A resolução de conflitos emblemáticos, como a Usina de Ariadnopolis (Quilombo Campo Grande - Campo do Meio), são recortes fundamentais de cuidado com quem alimenta a população e luta por justiça pela terra.

O governo Lula vem lutando contra adversidades para efetivar uma reforma agrária ampla e generosa. O PT, em conjunto com os movimentos sociais do campo, não medirá esforços para garantir a reforma agrária e o desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, o Governo cumpriu importante promessa de campanha ao lançar o Desenrola Brasil, beneficiando mais de 15 milhões de pessoas, que puderam renegociar R\$ 50 bilhões em dívidas, limpando o seu nome e readquirindo o acesso ao mercado de crédito e de consumo. Na sequência, lançou o Desenrola Pequenos Negócios para que os micros e pequenos empresários pudessem fazer o mesmo. 120 mil empresas de pequeno porte já foram socorridas, recebendo um montante de R\$ 7,5 bilhões. Esses e outros programas de crédito

social disponibilizaram em 2024 mais de R\$ 50 bilhões. O crédito bancário como um todo teve uma expansão de 15,4%.

O Governo criou igualmente o Plano de Transformação Ecológica (PTE). Trata-se de um ambicioso projeto de transformação da estrutura produtiva do país, ancorado nos pilares da sustentabilidade e da justiça social, que tem potencial de impulsionar o PIB per capita em pelo menos 10% até 2026. Títulos soberanos e sustentáveis do Tesouro passaram a ser emitidos para fomentar o PTE, ao mesmo tempo em que foi instituído o programa EcolInvest, de atração de capital externo. É preciso reconhecer, no entanto, que a promoção do desenvolvimento de fato sustentável requer a tomada de decisões soberanas que garantam a proteção das riquezas naturais e dos povos tradicionais, e busquem avançar na superação do modo dependente de inserção do país no mercado global de commodities, enfrentando um falso “desenvolvimentismo” extrativista que ainda tem muito poder no Brasil.

Ao lado do PTE o Governo está implementando dois outros programas estratégicos para o desenvolvimento nacional: o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC) e o Nova Indústria Brasil (NIB). Uma das principais medidas do NIB é a retomada do crédito para a indústria via Plano Mais Produção, que já disponibilizou R\$ 507 bilhões para o setor industrial, articulando os bancos BNDES, BB, CEF, BNB, BASA e também a FINEP. Aqui destacam-se a linha de crédito Mais Inovação (R\$ 80 bilhões a TR) e o Fundo Clima com taxa de juros de 6,5% ao ano. Em todo esse processo, o BNDES tem tido uma notável participação batendo recorde de liberação de recursos

em 2023 e 2024, com R\$ 196 bilhões de crédito disponibilizados para o NIB.

Assim, mesmo num cenário de elevação da taxa Selic em 2024, a indústria de transformação cresceu 3,8%; e a indústria geral, 3,1%, o maior crescimento dos últimos 14 anos. Do ponto de vista tecnológico houve predomínio dos setores de alta intensidade, com 6,6% de crescimento em 2024, e de média-alta intensidade, com 6,9%. O faturamento da indústria cresceu 5,6%, o maior nos últimos 10 anos. No ranking mundial da indústria manufatureira, o Brasil subiu de 70º lugar, em 2022, para 25º em 2024 entre 82 países. Quanto aos empregos formais, a indústria foi em 2024 o setor de maior crescimento percentual, passando de 125.002 para 306.506 vagas. Esse crescimento é liderado pelo setor automotivo, que elevou a produção em 10% e as vendas em 14%, e pela linha branca e marrom - geladeiras, fogões, TVs, máquinas de lavar etc. - com um crescimento de 29%, o maior dos últimos 10 anos. Todos sabem que ainda existe uma enorme disparidade de salários em no mercado de trabalho, sobretudo com os impactos das big techs e a baixa remuneração dos trabalhadores de aplicativos. Nesse contexto, a reindustrialização e a geração de empregos de qualidade são uma estratégia central para incrementar o bem-estar da população.

Apesar do bom desempenho da indústria, a situação geopolítica exige atenção e clareza estratégica. Sem dúvida, geram preocupações as novas medidas tarifárias de Trump, que prejudicam todo o comércio internacional e também as exportações para os EUA. Mas elas, por outro lado, podem abrir inesperadas oportunidades para o Brasil, já

que o país não tem conflitos com outras nações e possui um ambiente seguro e confiável para investimentos. Não obstante o recuo de países como os EUA na agenda verde, o Brasil tem condições de manter sua liderança graças às vantagens comparativas de que dispõe, sobretudo a sua matriz energética limpa. Pode atrair investimentos verdes em vários setores estratégicos. Apenas como exemplo, o tipo de energia do país pode ser um diferencial de grande valor para atrair investimentos em data center que são elementos-chave na atual corrida tecnológica da inteligência artificial.

O principal desafio para o crescimento sustentável da economia brasileira continua sendo a garantia de um ciclo expansivo de investimentos. Apesar do avanço de 7,3% da formação bruta de capital fixo em 2024, a taxa de investimentos medida pelo IBGE ainda está em 17% do PIB (em 2023, a taxa encerrou em 16,4%). A título de comparação, essa taxa chegou a 20,9% do PIB em governos anteriores.

No campo da infraestrutura, o Governo Lula retomou os investimentos públicos, que avançaram cerca de 0,5% do PIB. Com isso, o investimento total em infraestrutura saltou de 1,7% para 2,2% do PIB. Foi essa retomada que viabilizou o crescimento da construção civil no país. Por meio do NOVO PAC, o Governo vem se esforçando para coordenar os investimentos públicos e privados, num montante total de R\$ 1,3 trilhões. Os bancos públicos, mais uma vez, cumprem um papel central, com a previsão de financiar R\$ 440 bilhões desse montante. O Minha Casa, Minha Vida, que foi reativado em 2023 pelo Presidente Lula, já apresenta resultados muito expressivos: foram

contratadas em 2023 e 2024 1,26 milhões de habitações. Isso representa 60% da meta estipulada até 2026.

A despeito desse avanço, ainda há uma carência de investimento em infraestrutura estimada em 2% do PIB. Recursos necessários para a modernização da mobilidade urbana, expansão e melhoria de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, sem falar da ampliação do acesso ao saneamento básico. E com certeza é preciso também investir em infraestrutura de saúde e educação.

O financiamento de projetos de infraestrutura é um grande desafio mesmo em países ricos e com mercados de capitais desenvolvidos, pois os recursos necessários são vultosos e os prazos de maturação longos, além de riscos de atrasos e sobrecustos. Em contrapartida, uma vez implantados, têm receitas mais estáveis e prazos maiores de garantia contratual. Com soluções inovadoras, o Governo tem avançado, no âmbito do NOVO PAC, que abrange mais de 20 mil intervenções, em diversas obras estruturantes de grande relevância para o país. Entre elas, estão quatro rodovias federais que juntas, atravessam e conectam mais da metade dos estados brasileiros, nas cinco macrorregiões. A Via Dutra do Futuro, que está sendo completamente remodelada e modernizada, e vai ser a rodovia mais digital do Brasil; a BR101, que terá 80 km duplicados e 600 km de pistas adicionais, sobretudo em trechos de maiores gargalos; a BR163, principal corredor logístico da agricultura brasileira, na qual serão duplicados 444 km; e a BR381, que já foi conhecida como “Rodovia da Morte”, pela sua precariedade, que terá 310 km duplicados e obras de segurança reivindicadas há décadas.

Dadas as limitações fiscais, agravadas pela injustificada e danosa Taxa Selic, são precisos mecanismos criativos para alavancar o investimento. Boas parcerias público-privadas, como já foi demonstrado em nossos governos anteriores, podem ajudar muito nesse processo, contribuindo inclusive para modernizar a gestão. Elas devem ser intensificadas, com uma regulamentação sólida e transparente que evite abuso. Mas, para isso, é preciso construir um núcleo político ativo no governo, que junto com a direção do PT; da Frente Popular; dos partidos de esquerda e do conjunto dos movimentos populares possam organizar milhões de trabalhadores; empreendedores populares; jovens; camponeses; intelectuais e todos das classes populares e seus aliados em torno de um projeto de sociedade, mas também de uma nova economia, voltada para as pessoas e as famílias, evitando abusos tarifários e altos valores de outorga. As concessões e a participação privada devem ser feitas preservando o patrimônio estratégico do Estado e os direitos da população.

A área social, que Bolsonaro havia deixado em frangalhos, dominada pelo negacionismo e o fisiologismo, exigiu um tremendo esforço de reestruturação. Programas tiveram que ser redesenhados, equipes técnicas reconstituídas, cadastros inteiramente revistos. Sob a liderança de Lula, os ministérios da área realizaram durante meses um verdadeiro mutirão cívico para devolver a milhões de famílias brasileiras os serviços e benefícios que tinham sido cortados por Bolsonaro e Guedes.

E os resultados são de fato impressionantes. Basta citar alguns dados para que se tenha uma ideia do seu alcance. Da assistência social: no Governo Bolsonaro, a fome, que o Brasil havia erradicado em 2014, voltou com força total, atingindo 33,1 milhões de pessoas. No final de 2023, esse número já havia sido reduzido para 8,7 milhões e hoje estamos caminhando a passos largos para erradicá-la novamente. Da saúde: o Mais Médicos dobrou de tamanho, ultrapassando os 26 mil profissionais (Bolsonaro havia reduzido para 13 mil); o Farmácia Popular voltou mais forte, com 100% de seus medicamentos distribuídos gratuitamente; o SUS está batendo recorde de cirurgias eletivas, com mais de 14 milhões de procedimentos realizados em 2024; as cidades brasileiras receberam 5 vezes mais ambulâncias do SAMU (de 2019 a 2022, só 366 foram distribuídas. Nos últimos dois anos, este número subiu para 2.067). Da educação: mais de 70 mil escolas públicas de ensino básico foram conectadas à internet; as bolsas de estudo foram reajustadas após 10 anos (de 25% a 75%); um milhão de novos estudantes passaram a frequentar escolas de tempo integral; os investimentos em universidades e institutos federais foram retomados: 10 novos Campi, 400 obras em universidades e hospitais universitários pelo PAC, 102 novos institutos federais e R\$ 1,4 bilhão para equipamentos e instalações. Isso não significa que as universidades federais não tenham outros problemas a resolver, como a recomposição de seu orçamento, severamente comprometida no governo anterior, bem como a valorização dos servidores, a permanência estudantil, a produção científica e a extensão. Da mesma forma, é fundamental que o Governo aprofunde o diálogo com as universidades para que elas criem espaço de reflexão sobre os

desafios do país e ofereçam propostas inovadoras para resolvê-los. Da cultura: a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc garantiram inéditos R\$ 6,86 bilhões para o setor. Do esporte: o Bolsa Atleta foi reajustado após 14 anos de congelamento (100% dos nossos atletas olímpicos e paraolímpicos que conquistaram medalhas em 2024, nos jogos de Paris, foram beneficiados pelo programa). Da agricultura familiar: mais de R\$ 147 bilhões em crédito foram destinados ao Plano Safra da Agricultura Familiar e R\$ 1,2 bilhão foi investido no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Do meio ambiente: em 2024, o desmatamento da Amazônia caiu pela metade em relação a 2022, atingindo o menor índice dos últimos 10 anos; também em 2024, ocorreu a primeira redução em 5 anos do desmatamento no Cerrado (a queda foi de 25,7%); nos últimos 2 anos, a produção brasileira de energia renovável foi ampliada em mais de 10 gigawatts, quantidade suficiente para garantir o consumo de todas as residências de um estado com 10 milhões de habitantes.

Esse novo Brasil produtivo é mais justo, unindo o país em torno da soberania nacional; da economia; e da prosperidade solidária, só o PT pode promover, sob a liderança do Presidente Lula.

Além de tudo que foi reconstruído ou revitalizado, deve-se acrescentar programas criados no atual governo, a exemplo do Pé-de-Meia, uma ousada iniciativa para garantir que os jovens que frequentam escolas públicas de ensino médio não abandonem os estudos por dificuldades financeiras. Em um ano, já são mais de 4 milhões de jovens recebendo a bolsa do Pé-de-Meia.

No entanto, esse formidável conjunto de realizações, que está melhorando rapidamente a situação do país, e criando inúmeras oportunidades de trabalho, renda e estudo, não está sendo devidamente percebido por uma parcela da população, inclusive por alguns setores populares que votaram em Lula. Hoje, esse é com certeza um dos maiores desafios do Governo Lula e dos partidos políticos e movimentos sociais que o apoiam, o de transformar os importantes resultados econômicos e sociais já obtidos, frutos da retomada do desenvolvimento, em um apoio mais amplo e efetivo ao governo e ao projeto de país.

COMUNICAÇÃO

A soberania nacional, no contexto contemporâneo, não se restringe ao domínio territorial ou à segurança militar. Ela se expressa, de forma crescente, na capacidade de um país produzir, distribuir e acessar informações de forma autônoma, plural e ética. Em tempos marcados por disputas narrativas, desinformação em larga escala e centralidade das tecnologias digitais, a comunicação se consolida como eixo estratégico da democracia e da soberania popular.

A luta contra a extrema-direita e o neofascismo permanece no centro das ações, com o combate à desinformação e pela regulamentação das redes sociais. A tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 representa apenas a face visível de uma engrenagem muito mais complexa: a articulação em rede da extrema-direita internacional, que

busca ampliar seu poder e influência em diversas partes do mundo. O Brasil tem enfrentado, nas últimas décadas, um processo sistemático de manipulação informacional impulsionado por interesses políticos e econômicos, internos e externos, que comprometem a qualidade do debate público, impactam políticas públicas e ameaçam a estabilidade institucional.

A luta pela punição dos que tramaram contra a democracia, planejaram o golpe e chegaram a planejar o assassinato do Presidente Lula, do vice-presidente Alckmin e do presidente do TSE, Alexandre de Moraes, é essencial para o presente e o futuro da democracia no Brasil. A impunidade, como ocorreu no pós-ditadura de 1964, se mostra um incentivo permanente aos inimigos do povo brasileiro.

No centro dessa ofensiva, estão as redes sociais e o uso da inteligência artificial como instrumentos de disseminação de desinformação, teorias da conspiração e discursos de ódio contra grupos historicamente marginalizados, além de ataques sistemáticos à oposição política. Esses mecanismos operam para desestabilizar instituições, corroer a confiança pública e fomentar a violência política, representando uma ameaça direta à democracia e ao Estado de Direito.

As grandes empresas transnacionais de tecnologia - as chamadas Big Techs - hoje controlam os fluxos de informação, o funcionamento de algoritmos e interferem diretamente no consumo de conteúdo, no debate político e até nos processos eleitorais. Atuando como instrumentos do imperialismo estadunidense, essas corporações

estrangeiras impõem lógicas privadas de mercado em detrimento da soberania dos países e do interesse público. Sua regulação, portanto, é imperativa não apenas para garantir a qualidade da informação, da ciência e das políticas públicas, mas também como defesa estrutural da democracia e da soberania nacional.

Nesse sentido, é urgente um compromisso político firme com a construção de um ambiente digital seguro, regulado e orientado por princípios democráticos. Isso exige: fortalecimento da comunicação pública, regulação democrática das plataformas, promoção da educação crítica para as mídias, investimento em tecnologias nacionais e plataformas públicas e valorização dos comunicadores populares - aqueles que, desde as rádios comunitárias até as redes sociais periféricas, traduzem políticas públicas, conectam territórios invisibilizados e disputam sentidos no cotidiano.

Tramitam no Congresso Nacional propostas legislativas estratégicas que podem contribuir para um ecossistema digital mais justo, transparente e democrático. Mas o enfrentamento do poder das Big Techs não pode se limitar a disputas normativas pontuais: é uma das trincheiras centrais da luta democrática frente ao avanço do capitalismo informacional global.

A comunicação partidária também assume papel estratégico nesse cenário. O Partido dos Trabalhadores, ao longo de sua trajetória, consolidou-se como referência na criação de canais próprios de diálogo com sua base social. Investir em plataformas digitais, redes de mobilização, formação política e comunicação descentralizada é fortalecer o enraizamento do projeto democrático-popular nas lutas

concretas do povo. Mais do que difundir posicionamentos institucionais, trata-se de escutar, formar e mobilizar em defesa do Brasil.

A comunicação, portanto, não é um tema acessório. É parte estruturante de qualquer projeto nacional comprometido com justiça social, inclusão e soberania. Disputar os sentidos, valorizar a verdade, fortalecer vozes plurais e garantir que o povo brasileiro se reconheça e se expresse nos meios de comunicação é, também, disputar o futuro do partido.

O PT continuará a ser a sustentação estratégica do Governo Lula, combinando autonomia crítica e propositiva. Não se pode reduzir a atuação à defesa institucional, mas fortalecer a capacidade de mobilização social para sustentar transformações estruturais e pressionar por avanços mais profundos. Esta postura crítica fortalece o governo ao conectá-lo com as demandas populares organizadas.

É claro que a campanha permanente de desinformação e sabotagem da direita e sobretudo da extrema-direita - que possui uma vasta rede de manipulação da opinião pública - interfere nessa percepção, e é preciso continuar denunciando as falsidades dos adversários, que muitas vezes agem como inimigos do país, apoiando até mesmo medidas de potências estrangeiras contra o Brasil. Mas não se pode limitar a essa denúncia, é preciso travar e vencer a batalha político-cultural para que a percepção das majorias sociais se torne cada vez mais favorável ao Governo e ao modelo de desenvolvimento.

O Governo tem procurado melhorar sua comunicação institucional, o que é importante, mas a batalha vai muito além da publicidade oficial

e da comunicação em sentido estrito. Divulgar melhor as realizações do Governo são essenciais, mas é necessário também disputar o sentido do que se está fazendo, o rumo que está sendo impresso ao país. Pois as forças reacionárias, que continuam tendo bastante peso na vida brasileira, além das constantes mentiras e calúnias que espalham, confundindo uma parte da população, também negam sistematicamente as conquistas do povo e do governo com base em valores opostos aos do PT e à tradição democrática e humanista da qual o partido faz parte. E o fazem propagando valores autoritários, negacionistas, preconceituosos, discriminatórios, excludentes, regressivos, e de apologia da violência e da injustiça. Valores que, apesar de tudo, atraem muitos corações e mentes.

Para travar com mais eficácia essa batalha, tanto o Governo quanto as forças que o apoiam precisam de uma nova postura no diálogo com a sociedade, muito mais proativa e direta, mais sintonizada com as preocupações e dúvidas das pessoas comuns. Isso supõe potencializar o carisma e a palavra do próprio Presidente Lula, assim como sua presença nas várias regiões do país, que é sempre esclarecedora e entusiasmante. Supõe também aproveitar melhor o prestígio e a capacidade de interlocução social dos principais ministros e dirigentes do Governo. Da mesma forma, supõe dar uma dimensão mais participativa, de verdadeiro envolvimento popular, às chamadas entregas do Governo, que hoje são cada vez mais numerosas e concretas. O PT e os partidos aliados, junto com as organizações populares progressistas, têm igualmente um papel fundamental a cumprir nesse embate. O PT dá total sustentação ao Governo, em todos os níveis, e isso tem sido importante para o seu êxito – mas é

preciso fazer ainda mais, mobilizando de forma articulada e planejada, e com os instrumentos necessários, à base petista em todo o país para disputar os valores, o sentido e os rumos do projeto de mudança social que está sendo implementado no Brasil. Para isso, o partido precisa também revigorar sua construção e organização. Deve ser cada vez mais um partido capaz de disputar projetos, sonhos e ideias em cada canto do território. Não apenas nos momentos eleitorais, mas no dia a dia da vida do povo. Com mutirões de debates, de organização, de filiação, de presença física, para além das redes sociais.

Não só o partido precisa estar mais próximo da base, das periferias, do campo, dos territórios onde o povo vive. Isso exige o fortalecimento de núcleos de base e diretórios, a criação de blogs e o incentivo à formação de influenciadores, todos conectados a um amplo movimento de organização e mobilização popular. Ao mesmo tempo, é necessário que exista um centro político no Governo que priorize a organização do povo.

As alianças com o centro democrático no Congresso e nas instituições são essenciais para o projeto nacional, mas isso não exclui nem prejudica; pelo contrário, faz a organização popular ser cada vez mais importante para sustentar a democracia e construir o país justo e solidário que o PT defende e que é a razão da sua existência.

Ao mesmo tempo, se queremos consolidar o apoio majoritário da sociedade, é necessário avançar com firmeza na agenda transformadora do Governo, com novas iniciativas de mudança econômica e social. A isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000 mensais foi uma evidente demonstração disso, obtendo

forte apoio da opinião pública. Tudo indica que o fim da jornada 6x1 e a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, além da criação de um imposto sobre lucros e dividendos, medidas que já vigoram nas principais democracias do mundo, mesmo sendo criticadas pelas minorias privilegiadas, contarão com idêntico respaldo da maioria do povo.

REFORMA POLÍTICA ELEITORAL

A permanência do voto nominal continuará favorecendo o individualismo, o personalismo e a corrupção na política brasileira. Seja na disputa pelo Fundo Eleitoral, seja pela busca das contribuições de pessoas físicas que, muitas vezes, escondem o financiamento empresarial dos candidatos. Com a fragilidade da fiscalização eleitoral, muitas contribuições individuais disfarçam recursos empresariais, assim como o uso de recursos próprios do candidato. A disputa por vaga decidida individualmente acirra, inclusive, a competição financeira dentro dos partidos e estimula a corrupção, pois há uma relação inquestionável entre o montante de recursos e os votos alcançados, envolvendo volume de campanha, cabos eleitorais, número de comitês de campanha, compra de votos etc.

O voto em lista partidária fechada, predominante na quase totalidade das democracias no mundo, pode acirrar a disputa interna nos partidos, mas os fortalece enquanto instituições, favorece a

identificação programática e a primazia do coletivo sobre o individual, evita o aventureirismo e o surgimento do anticandidato, que aposta na insensatez e no bizarro, e diminui, sensivelmente, a corrupção eleitoral.

O Fundo Eleitoral público poderia ser bem menor com lista fechada e ainda assim daria outra qualidade aos parlamentares pela seleção prévia dos candidatos. A lista partidária permitiria também, via Estatuto, uma composição com igualdade de gênero, com cotas setoriais que garantissem a presença de setores sociais hoje sub-representados nos parlamentos. Devemos impulsionar essa luta junto a outros partidos democráticos e populares, para assumirem essa bandeira como um projeto estratégico, como objetivo a ser alcançado.

FEDERAÇÃO

Cabe ao novo Diretório Nacional do PT assumir a responsabilidade de abrir um debate estratégico sobre o modelo de federação partidária, realizando um balanço político com os atuais partidos que integram a federação e avaliando a sua manutenção ou ampliação com legendas do campo progressista.

Experiências como a federação formada por PSOL e Rede Sustentabilidade, ou mesmo a negociação entre Cidadania e PSDB, mostram que esse modelo ainda está em processo de consolidação.

Diante das movimentações recentes no cenário político, como a formação do União Brasil a partir da fusão de DEM e PSL e as tratativas para criação de uma Federação entre PP e União Brasil, é urgente que o PT se debruce com profundidade sobre o tema.

Por isso, o próximo DN deverá atualizar sua análise à luz do atual contexto, considerando os desafios práticos e estratégicos que essas alianças trazem, e encaminhar esse debate como prioridade política e organizativa.

O NOVO MUNDO DO TRABALHO

As mudanças precarizadoras do mercado de trabalho implementadas em boa parte dos países capitalistas nas duas primeiras décadas do século XXI foram mitigadas no Brasil pelas políticas de distribuição de renda e empoderamento dos sindicatos dos 12 anos de governos do PT. A contrarreforma da legislação trabalhista e do sistema de relações do trabalho com o objetivo de aumentar ao máximo a flexibilidade da força de trabalho, com contratos de zero hora, contratos temporários, diminuir o custo das demissões, sem acumular passivos trabalhistas, e reduzir o escopo das negociações coletivas, enfraquecendo o poder de barganha dos sindicatos ficou longe do Brasil nesse período. Não por muito tempo.

Com o golpe parlamentar de 2016, o retrocesso veio a cavalo, a aprovação da Contrarreforma Trabalhista, a Lei 13.467 de 2017, pouco mais de um ano após o golpe, foi aprovada uma Contrarreforma Trabalhista. A Nova Lei Trabalhista enfraqueceu os sindicatos, não só cortando a sua sustentação financeira do dia para a noite, como desincentivando a negociação coletiva, fragilizando a Justiça do Trabalho nos seus aspectos mais positivos. A legislação agora funciona como peso a favor do lado patronal. É um ativo do capital contra o trabalho.

A contrarreforma permite agora acordos trabalhistas (convenções) em condições piores que as leis trabalhistas, permite acordos individuais, isto é, a nova legislação permite negociar “livremente” a perda de direitos e conquistas de décadas de lutas sindicais. Hoje, o trabalhador corre o risco de pagar às custas de uma legítima ação trabalhista.

Houve uma imensa retirada de direitos nesses anos de retrocesso de 2016 a 2022. Todo tipo de contratação precária, todo tipo de flexibilização de jornada e de remuneração, sem contar a quitação de dívidas trabalhistas sem nenhuma negociação com os sindicatos. Foram centenas de mudanças legislativas em prol das empresas, que se somaram à autorização sem limite da terceirização de mão de obra no setor público e privado.

Esse ataque direto aos sindicatos teve um duplo objetivo: primeiro, permitir um aumento nas margens de lucro das empresas, e ao mesmo tempo, enfraquecer o poder político dos sindicatos, fragilizados pelas novas tecnologias, e pela desindustrialização precoce, expressa na queda da sua participação no PIB entre 1995 e

2022, que caiu de 14,5% para 9,3%, representando perda de empregos e dinamismo. A queda da taxa de sindicalização foi ainda maior entre 2015 e 2023, passando de 15,7% para 9,2%.

Além do golpe representado pela Contrarreforma de 2017, os sindicatos foram profundamente afetados pelo crescimento vertiginoso das plataformas digitais durante a pandemia, que aceleraram a precarização da contratação trabalhista.

No caso dos motoristas de passageiros e dos motociclistas, os números são superlativos. Em 2022, dados do IBGE apontam mais de 1,5 milhão de pessoas trabalhando por meio de aplicativos de serviços, sendo cerca de 800 mil no transporte de passageiros, cerca de 600 mil entregadores de comida e produtos, e cerca de 200 mil na prestação de serviços diversos. Não por acaso, esse crescimento foi concentrado entre 2015 e 2022. Esses números só cresceram.

Não se pode tratar os trabalhadores de aplicativo, apesar do exemplo acima dos motoristas e entregadores, como categorias homogêneas, muitos deles têm outros empregos ou bicos, e parte como os free lancers prefere não ter um emprego formal de assalariado. Uma parte considerável não quer um emprego de carteira assinada, prefere ter autonomia no uso do tempo, uma boa explicação são os baixos salários nas ocupações mais simples, a baixa escolaridade de uma ampla parcela da juventude. É um bom desafio para o sindicalismo, para os aliados nos movimentos sociais e para o PT organizar esse setor da classe trabalhadora.

É certo que o trabalho nas plataformas digitais ampliou o distanciamento dos sindicatos do imenso exército de reserva de

trabalhadores presente nos bairros da periferia e comunidades carentes das grandes cidades. Nos anos de ascensão da Lava Jato, a estigmatização do PT e dos movimentos sociais, particularmente dos sindicatos, acelerou esse distanciamento. Espaço preenchido pelo crescimento das igrejas pentecostais e outras denominações evangélicas que cresceram com o enfraquecimento das comunidades eclesiais de base, e que fazem um trabalho de acolhimento importante, e pelo crescimento da extrema-direita na juventude, ressentida com a falta de empregos de qualidade e de uma perspectiva de futuro.

Os dilemas dos sindicatos, do PT e da esquerda são semelhantes. Tanto os sindicatos como o PT precisam reconstruir suas organizações nos locais de moradia, subsedes no caso dos sindicatos, e os núcleos no caso do PT. Fazer um trabalho comunitário que, no caso dos sindicatos, pode reunir sindicatos de ramos e categorias diversas. E no caso do PT, uma aproximação com as Igrejas em geral, com as associações de moradores, um trabalho de solidariedade cotidiano, e um apoio à constituição de cooperativas. É preciso iniciar um processo de abertura e transparência das instâncias do Partido combinado com uma grande renovação do PT e dos sindicatos abrindo as organizações para a juventude das periferias, a juventude estudantil, em particular as mulheres.

As administrações municipais petistas podem ser um instrumento catalisador dessas iniciativas de economia solidária nas periferias, apoiando a constituição de uma rede de associações, e de cooperativas alternativas ao controle do monopólio das plataformas de

transporte de passageiros e mercadorias. Essas redes alternativas seriam um ponto de apoio para a economia local, mantendo o dinheiro circulando nas comunidades e arrecadando impostos nas cidades, nos estados e no país. Hoje, as plataformas são na sua maioria multinacionais, pagando quase nada pagam de imposto, e seus lucros são transferidos paraísos fiscais. Essas iniciativas podem e devem ser parte de uma atualização do modo petista de governar nas cidades.

As pautas da CUT e do sindicalismo se confundem com às do PT. Redução de jornada, fim da escala 6x1, liberdade sindical, salário-mínimo valorizado, valorização da organização no local de trabalho, valorização da negociação coletiva, fortalecimento das empresas públicas, do serviço público, distribuição de renda e justiça tributária são algumas pautas comuns de ambas as organizações. Essa aliança estratégica foi decisiva na luta pela redemocratização, na Constituinte de 1988, nas vitórias das 5 eleições presidenciais, na luta pelo Lula Livre e agora no enfrentamento ao bolsonarismo. É preciso fortalecer todas as articulações políticas e legislativas para apoiar os sindicatos contra a asfixia financeira. A unidade dos sindicatos e das centrais sindicais deve ser apoiada pelo Partido não só para que os sindicatos se fortaleçam na defesa das suas reivindicações próprias, mas pelo papel que podem ter na defesa da democracia e da soberania nacional, ameaçada pela aliança dos traidores bolsonaristas com a extrema-deita americana representada pelo atual presidente americano.

A FORÇA DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

O Brasil é um país de empreendedores e, notadamente, de pequenos negócios. Não é à toa que, das cerca de 23,9 milhões de empresas formalizadas em atividade no país, 21,7 milhões, ou seja, cerca de 91%, são Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). São essas empresas que, no ano de 2024, foram as responsáveis pela geração de 70% do saldo de 1,7 milhão de empregos com carteira assinada criados no país de janeiro a dezembro.

A pesquisa “Empreendedorismo negro no Brasil sob a ótica da PNAD Contínua”, realizada pelo Sebrae com base em informações da PNAD de 2012 a 2023, informa que, entre 2013 e 2023, o número de empreendedores negros no Brasil cresceu 22%, passando de 12,8 milhões para 15,6 milhões. No mesmo período, o número de empreendedores brancos aumentou 18%, de 11,7 milhões para 13,8 milhões. A concentração dos empreendedores negros está no Sudeste (37,7%) e Nordeste (32,7%) e é predominante o setor de serviços.

Destaca-se também que no Brasil cresce o número de mulheres empreendedoras. Nos últimos 12 anos, o percentual de mulheres à frente de negócios, formais ou informais, cresceu 42% no país. No 4º trimestre de 2024, segundo pesquisa do Sebrae com base na PNADc do IBGE, dos 30,4 milhões de donos de negócios brasileiros, 10,4 milhões eram mulheres, o que corresponde a 34,1%.

Os números mostram esses pequenos negócios como importantes motores da economia real, aquela que está presente no dia a dia das

peessoas, nas cidades, nos bairros e nas comunidades. E esse número de empreendedores continua a crescer em todo o país, segundo dados da Receita Federal e do Sebrae.

Somente no mês de fevereiro de 2025, o somatório dos MEI, ME e EPP abertos é de mais de 433 mil novos pequenos negócios. Esse número representa 96,7% de todas as empresas abertas neste período. Se analisar os resultados de janeiro e fevereiro, o número de pequenos negócios abertos chega a cerca de 1 milhão de empresas, representando 97% de empresas formalizadas nos dois meses.

Mais do que uma questão de necessidade, abrir a própria empresa está entre os três principais sonhos dos brasileiros, de acordo com dados da última pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM).

Destaca-se ainda o crescimento da participação de jovens no empreendedorismo nos últimos anos. O IBGE aponta aumento de 23% no número de empreendedores entre 18 e 29 anos de 2013 a 2023. O empreendedorismo também representa uma oportunidade para as mulheres.

O estudo “Empreendedorismo Feminino - sob a Ótica da PNAD Contínua”, realizado pelo Sebrae com base em dados do IBGE, revela que há atualmente 10,4 milhões de mulheres empreendedoras no país um recorde na série histórica. Os mais de dez anos que separam a primeira e a mais recente análise da pesquisa também trazem mudanças significativas no papel econômico da mulher na família. Segundo o estudo, o número de mulheres proprietárias de negócio e que são também chefes de domicílio subiu nos últimos anos, chegando a mais da metade (52,3%) do total de empreendedoras.

Mas esses resultados não foram obtidos ao acaso ou somente pela vontade e capacidade dos milhões de empreendedores e empreendedoras do país. Eles são também fruto de duas décadas de políticas progressistas para o setor desenvolvidas no Brasil, tendo como marco a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada pelo Presidente Lula em dezembro de 2006. Conhecida como “Supersimples”, a legislação agilizou e unificou o recolhimento de impostos da União, estados e municípios, beneficiando os pequenos negócios de todo o país e facilitando a abertura de novas empresas, além de garantir benefícios como tratamento diferenciado para esses negócios em processos de compras governamentais.

De lá para cá, houve atualizações importantes na Lei Geral como a sanção, também pelo Presidente Lula, da Lei Complementar 128/2008 que criou o Microempreendedor Individual e trouxe amparo legal a milhões de brasileiros que trabalhavam na informalidade, garantindo benefícios previdenciários, simplificação tributária, menor custo e possibilidade de acesso a linhas de crédito.

Hoje já são mais de 11 milhões de MEI em atividade no país, representando cerca de 46% das empresas formalizadas ativas. Isso ajuda também a ampliar a receita pública, tão necessária para o financiamento de atividades essenciais à sociedade.

O terceiro mandato do Presidente Lula tem se notabilizado por um olhar ainda mais atento a este segmento, o que se traduz em importantes ações como a criação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), o Desenrola Pequenos Negócios, que viabilizou a

renegociação de R\$ 7,5 bilhões em dívidas bancárias para mais de 120 mil microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte entre maio e dezembro de 2024, com descontos de até 95%.

O Presidente também lançou o programa Acredita que cria linhas de crédito especiais, disponibilizando cerca de R\$ 30 bilhões para serem acessados pelos pequenos negócios, garantidos pelo Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa (FAMPE) do Sebrae, além de orientação técnica para o uso correto dos recursos obtidos.

O PT e nosso governo - sob a liderança do Presidente Lula - são os promotores da construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. É preciso entender que a modernização do capitalismo e suas sucessivas e permanentes revoluções tecnológicas produzem imensos exércitos industriais de reserva, gerando um grande número de pessoas que precisam se virar para sobreviver. O Estado Democrático e de Bem-Estar, que o PT luta para construir, deve incentivar a constituição de cooperativas, que organizem parte dessa massa de trabalhadores(as), superexplorada pelas grandes plataformas, reforçando uma economia solidária, sem os vínculos de subordinação ao grande capital, reforçando o Projeto Nacional.

As parcerias público e cooperativadas, público popular e público-privadas podem criar um mundo novo e uma nova economia para milhões de brasileiros e brasileiras. O PT e seus governos estaduais e municipais têm dezenas, talvez centenas, de experiências bem-sucedidas que podem por meio do governo federal espalhar pelo país.

Desde o 5º Encontro Nacional do PT, realizado em 1988, o partido sustenta que, em termos de projeto de país, a causa da micro e pequena empresa tem um papel fundamental e é convergente com a causa dos trabalhadores e oprimidos. Coerentes com essa visão, foram os governos do partido que conceberam e implantaram as principais políticas de apoio ao empreendedorismo no país. Falta, no entanto, uma interlocução mais articulada e permanente do PT com o setor, dando a ele maior relevância ao discurso e na própria organização partidária. Está na hora, por exemplo, de criar no partido os setoriais nacionais e estaduais da micro e pequena empresa.

É importante que o partido, que busca construir uma sociedade igualitária, justa e solidária, apresente de imediato e construa dentro dos seus espaços uma nova forma de fazer economia em contraposição ao capitalismo, que é a Economia Solidária. Esta se baseia na auto-gestão e no desenvolvimento sustentável.

A CENTRALIDADE DA EMANCIPAÇÃO

A construção do novo Brasil que o partido almeja, na perspectiva histórica do socialismo democrático, exige a combinação - e, mais que isso, a integração - de dois tipos de políticas transformadoras: aquelas que buscam a igualdade social por meio da universalização dos direitos (saúde, educação, trabalho, moradia, cultura, lazer) e aquelas que visam à emancipação das majorias e minorias discriminadas: as mulheres, a população negra, os povos indígenas, a comunidade LGBTQI+, a juventude. Para o PT, não há nenhuma contradição entre

essas duas dimensões, ao contrário: elas são complementares. Tão importantes - e necessárias - quanto as lutas pela igualdade de direitos são as lutas pelo direito à diferença.

ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

O PT nasceu de uma necessidade histórica de auto-organização e de representação política da classe trabalhadora no Brasil no período final da ditadura militar, em um país herdeiro de uma cultura colonial e oligárquica enraizada em centenas de anos de exploração do trabalho escravo.

Ao possibilitar que setores populares organizassem sua histórica luta pela superação da exclusão social e política, o PT impactou de forma profunda e positiva a trajetória do país no final do século passado e na atualidade. Ao assumir a defesa e o protagonismo dos trabalhadores, colocou-se também ao PT os desafios pendentes de superação da herança colonial e oligárquica - a construção da democracia, dos direitos e da formação e independência nacional.

Em torno dos governos petista, um crescente sentimento de esperança foi forjado. Essa esperança se manifestou, principalmente, entre os setores historicamente excluídos, entre aquelas pessoas que, antes, não tinham perspectiva de estudar, trabalhar, ter uma casa, alimentar suas famílias com dignidade, acessar o lazer, saneamento básico, entrar na universidade ou, simplesmente, existir com dignidade.

Experimentou-se os limites de governos democráticos, cercados pela direita e pelas forças conservadoras brasileiras. Até agora, essas forças foram insuficientes para gerar um novo tipo de consciência e força popular de caráter transformador da realidade. É urgente acolher a multiplicidade de demandas populares e de novos movimentos e causas sociais emergentes, e que o partido seja capaz de apontar para um futuro em um novo modelo de sociedade.

Para o enfrentamento dos novos e duros tempos, é necessário que o partido avance no sentido de garantir uma permanente atualização programática e de organização interna baseada na formação política e na ampliação da participação da base partidária. É preciso fortalecer o PT na luta cotidiana da disputa de consciência, da luta social, da reorganização nos territórios, do enfrentamento real ao retrocesso ideológico provocado pela disseminação do pensamento neofascista e focar a atuação nas lutas de classe.

O Processo de Eleições Diretas (PED) - que mobilizou mais de 548 mil militantes para ir às urnas, o maior de sua história - expressou, em mais de um momento, o vigor da sua construção partidária e a afirmação da capacidade de mobilização de massa e capilaridade que o partido tem. A disputa interna revela, além das nuances de posições, o processo democrático de disputa e organização política. As novas direções que ora tomam posse devem atuar atentas aos resultados desse processo buscando garantir a organização militante para a dura agenda política que há pela frente, e devem olhar também para a necessidade de mitigar as questões que precisam avançar na

organização partidária, enfrentar os problemas evidenciados no processo e trabalhar para dirimi-los.

Para reforçar a capacidade do Partido de articular um campo democrático para continuar a governar o Brasil, fazer mudanças profundas no Estado brasileiro e derrotar definitivamente o neofascismo no país, deve-se fortalecer o papel de organização popular e militante. É preciso fortalecer o diálogo, orgânico e organizado, com amplos setores da sociedade que possuam uma disposição progressista, democrática e de esquerda.

Precisamos manter a prioridade na formação política intensiva, resgatar o papel dos núcleos, constituir direções mais coletivas, de forma plural e diversa, na prática - composta com quadros dedicados, preparados e dinâmicos. A renovação geracional e a reconexão com a juventude são condições permanentes sem as quais não se pode garantir o futuro de ideias.

Este encontro sugere à próxima direção eleita no PED a realização do 8º Congresso, com a disposição de fazer um debate amplo, substantivo e mobilizador. Esse balanço deve considerar os acertos, as limitações e os erros cometidos, pois eles fazem parte de qualquer percurso histórico. O momento exige o fortalecimento do PT como um partido dirigente da classe trabalhadora para ser capaz de derrotar o projeto neofascista, priorizando o trabalho de base, adaptando-se às características da sociedade atual e às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

A construção do amanhã começa agora, ampliando as bases do PT, criando mais condições de um processo com ampla participação,

mobilização, de debate programático, atualização da estratégia, novos diretórios que funcionem de fato, garantindo vida e luta nos territórios brasileiros! A organização partidária é a ferramenta de luta e transformação do povo trabalhador.

O ano de 2026 exigirá de capacidade inventiva, criativa, de mobilização e formação e que coloque em prática o que o PT sabe fazer de melhor: lutar incansavelmente por justiça social, defender e reeleger o Governo Lula, as bancadas e governos estaduais, seguir construindo um outro mundo possível, sem fascismo e sem neoliberalismo, com soberania e qualidade de vida para o povo brasileiro.

A Executiva Nacional do PT deve assegurar a regra de aplicação de recursos da resolução do 4º Congresso, que destina 10% da receita do Diretório Nacional para a Formação Política, a partir de 5%, com início imediato em 2026, e chegando ao montante de 10% ao final deste mandato. Sendo o recurso destinado ao fortalecimento do Sistema Nacional de Formação Política do PT, aprovado pelo Diretório Nacional em 2023 e pela 1ª Conferência Nacional de Formação e Educação Política do Partido dos Trabalhadores - Paulo Freire, fortalecendo a Rede de Formadores e ações em todo o território nacional, com os estados e municípios, em programas como Nova Primavera, Formação de Dirigentes, Formações Setoriais e outros. Em um processo coordenado pela Secretaria Nacional de Formação, Escola Nacional de Formação e Fundação Perseu Abramo.

ORÇAMENTO SECRETO X ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Uma alternativa democrática ao chamado “orçamento secreto” praticado pelo atual Congresso deve ser o “orçamento participativo” por meio da participação popular. A criação de “emendas parlamentares impositivas” é a negação do regime presidencialista, previsto na Constituição, e a ausência de qualquer planejamento e racionalidade no gasto público.

A lei orçamentária é picotada da pior forma possível por meio de uma política clientelista e corruptora que se estende aos Estados e municípios numa relação personalista e sem o planejamento que deveria nortear o recurso público. São bilhões de reais que deixam de ser investidos de forma planejada no interesse coletivo pelo atendimento personalista e eleitoreiro.

Defender o caráter republicano e transparente do Orçamento, recuperar a racionalidade e o planejamento no gasto público é decisivo para o Governo, que aposta na reconstrução do país e quer garantir os direitos constitucionais previstos na forma de serviços públicos básicos à população.

É preciso fazer valer a Constituição que estabelece ao Poder Executivo o direito e a possibilidade de elaborar o orçamento público com participação popular em sua realização. Consultar, ouvir, assumir o compromisso de respeitar as decisões da participação popular é o fundamento dessa experiência de democracia participativa.

Retomar a experiência vivida com as grandes conferências nacionais temáticas, baseadas nos conselhos já existentes, que estendem sua

capilaridade nos Estados e municípios, fazendo com que eles expressem a participação desde a base municipal até as conferências setoriais nacionais.

Combinar essa experiência com formas diretas de participação territorial. Neste caso, é preciso apostar na iniciativa e auto-organização das entidades sindicais, comunitárias, culturais, da juventude, das cooperativas, das universidades e outras instituições que assumam a iniciativa junto com o governo para sua viabilização.

O próprio processo e experiência vivida e correspondida pelas ações governamentais encarregam-se de produzir normas, critérios e formas de participação direta possíveis. Os mecanismos da participação direta, bem como a permanência organizada das comunidades no acompanhamento das obras e serviços aprovados e na prestação de contas pelos governos do que foi decidido são, também, formas de fiscalização e controle, colocando a participação da cidadania em outro patamar de consciência política.

O orçamento participativo só se realiza plenamente numa via de duas mãos. Não é e não pode ser um simples espaço de demandas e lamentações, mas o local de conhecimento, de informação que o governo fornece de forma transparente e honesta, ou seja, de todo o Orçamento. Com a participação se constroem prioridades e estas são vinculantes de acordo com a capacidade previamente conhecida do investimento de cada ente federado.

Vive-se um período de fortes ataques à democracia brasileira e suas instituições e cabe ao conjunto do Partido dos Trabalhadores estar na primeira linha de combate às forças que promovem essa ofensiva. No

entanto, essa defesa não deve ser acrítica. É necessário reconhecer as distorções nas instituições brasileiras, promovidas pelo sistema político e pelo capitalismo. A composição do Congresso Nacional, por exemplo, é muito distante do retrato social do Brasil, impondo a necessidade de promover a defesa de mudanças políticas e econômicas que fortaleçam e aprofundem a democracia no país, dando voz e capacidade à classe trabalhadora de intervir na conjuntura política, econômica e social do país, o que só será viável se ganhar essa disputa nas ruas.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA INTERNA

É preciso fortalecer a democracia interna no processo de eleição das direções do Partido dos Trabalhadores. Este objetivo só poderá ser cumprido por meio de uma reforma profunda no modelo de organização considerando a necessidade de espaços de debate real para reorientar a cultura política no processo decisório de construção das direções em todas as instâncias. O PT deve continuar com um processo eleitoral de amplo engajamento com encontros zonais e municipais e, ao mesmo tempo, empoderar espaços de participação mais profunda, como o fortalecimento dos núcleos de base. Deve também, de forma conjunta, coibir práticas contraditórias aos princípios do PT, assumindo a responsabilidade com a construção da maior ferramenta de transformação da realidade na vida da classe trabalhadora brasileira.

A democracia brasileira avançou com o surgimento de instrumentos legítimos para o financiamento dos partidos políticos pelo Estado, visando tanto o funcionamento cotidiano quanto a disputa eleitoral. É fundamental também aprofundar mecanismos que ampliem o autofinanciamento a partir da contribuição militante e apoiadores.

Seja encaminhada ao Diretório Nacional a possibilidade de destinação de recursos do fundo eleitoral para fortalecer secretarias setoriais: Propondo que, no âmbito do fundo eleitoral, seja destinado ao menos 6% dos recursos às secretarias setoriais com o objetivo de fortalecer candidaturas que representam pautas essenciais dos movimentos sociais. Tal medida é vital para ampliar a representatividade social nas disputas eleitorais, garantindo maior interlocução do PT com setores estratégicos como cultura, meio ambiente, LGBTQIA+, sindicalismo e movimentos agrários. Essa iniciativa alimenta agendas populares dentro do campo político, consolidando o partido como ponte fundamental entre a governança e os anseios sociais.

Fortalecimento eleitoral nos pequenos e médios municípios: é essencial que o DN avalie a possibilidade de destinar ao menos 50% dos recursos destinados às eleições municipais aos pequenos e médios municípios, onde o PT sempre obteve resultados expressivos. Essa medida visa consolidar a capacidade eleitoral nessas localidades, com foco em ampliar a capilaridade do partido e preparar uma base sólida para enfrentamentos futuros, mantendo o PT como diferencial transformador nas gestões locais.

Autonomia e financiamento para secretarias setoriais: propõe-se que o Diretório Nacional discuta a viabilidade de que 5% dos recursos do

fundo partidário sejam destinados diretamente às ações das secretarias setoriais. Esse repasse garantirá autonomia estrutural e financeira, permitindo maior capacidade de mobilização em pautas fundamentais, como meio ambiente, cultura, direitos LGBTQIA+, sindicalismo e questões agrárias. A iniciativa fortalece o diálogo entre o partido e os movimentos sociais, além de catalisar ações que sedimentam o PT como protagonista de causas dos movimentos sociais essenciais.

Discussão sobre o tamanho e composição dos diretórios municipais: sugere-se que o Encontro Nacional debata a recente alteração na composição dos diretórios municipais, priorizando a representatividade e funcionalidade nas atuações locais. A definição mais equilibrada sobre o número de integrantes dos diretórios municipais é indispensável para garantir que as decisões estratégicas sejam vinculadas às demandas das bases locais, promovendo maior eficiência e inclusão nas ações do PT em todos os territórios.

Fica estabelecido o compromisso para o pleno funcionamento desse apontamento e estrutura das secretarias nacionais conforme estatuto do partido. Com uma série de ações estratégicas que visem organizar e otimizar o funcionamento das secretarias nacionais, com a criação de um comitê gestor estrutural destas secretarias. Esse apontamento acarretará tomadas de decisões mais assertivas, redução de riscos, crescimento sustentável e aumento da eficiência das políticas desenvolvidas.

A gestão democrática e participativa dos recursos eleitorais reforça a transparência, a equidade e a eficiência na aplicação dos recursos

destinados às campanhas eleitorais, assim a manutenção e o fortalecimento da política afirmativa de distribuição de recursos do fundo eleitoral garantirão a ampliação de eleitos e eleitas.

SECRETARIAS E SETORIAIS

Todas as propostas que envolvam recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário serão submetidas ao Diretório Nacional.

MULHERES NA LUTA POR DEMOCRACIA, DIREITOS E CUIDADO

A violência contra as mulheres segue como uma das questões mais graves da sociedade brasileira. O Brasil, que registrou mais de 1.400 feminicídios em 2023, vê a escalada da violência de gênero se intensificar em diversas frentes: doméstica, institucional e política. Em meio a essa realidade, o Partido dos Trabalhadores reafirma que a luta das mulheres não é uma pauta setorial, mas estruturante para qualquer projeto democrático e popular.

A retórica de setores conservadores ainda sustenta um modelo de sociedade que nega os direitos das mulheres e criminaliza sua organização, sobretudo quando elas ocupam espaços de poder. Ao

mesmo tempo, o avanço da extrema-direita impôs retrocessos em políticas públicas, especialmente aquelas voltadas ao cuidado, à autonomia e à proteção social.

Hoje, com Lula de volta ao governo, novos marcos têm sido estabelecidos, como a criação da Política Nacional de Cuidados, que coloca no centro do debate o reconhecimento do trabalho não remunerado realizado majoritariamente por mulheres - um passo fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa política, construída com participação social, responde à urgência de redistribuir responsabilidades entre Estado, sociedade e famílias.

Além disso, pautas históricas do movimento feminista e do PT vêm ganhando centralidade nas agendas legislativas e executivas, como:

- A igualdade salarial entre mulheres e homens por trabalho equivalente, hoje respaldada por legislação federal;
- O combate à violência política de gênero, com a Lei nº 14.192/2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e punir a violência contra mulheres no exercício de funções públicas e políticas;
- O fortalecimento da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que volta a ter protagonismo na formulação de políticas públicas;
- O compromisso com a paridade de gênero nas instâncias partidárias e nos processos eleitorais.

Mesmo com avanços institucionais, as mulheres que se colocam na arena política seguem sendo alvo de ataques, silenciamentos e ameaças. O assassinato de Marielle Franco permanece como símbolo

de uma violência política que tenta expulsar as mulheres - sobretudo negras, indígenas, trans e pobres - dos espaços de decisão. O enfrentamento a essa realidade exige leis mais duras, mas também uma cultura democrática que respeite a presença das mulheres com voz própria e autonomia política.

Por isso, é fundamental dar continuidade e aprofundar a autonomia das mulheres na gestão dos recursos destinados à sua participação política, tanto do fundo partidário quanto do fundo eleitoral. Essa prática, que já vem sendo construída com avanços concretos, é estratégica para ampliar candidaturas femininas viáveis, fortalecer campanhas e garantir que mais mulheres cheguem ao poder com condições reais de governar e se transformar. A avaliação exercida pelas mulheres de forma coletiva sobre esses recursos é essencial para corrigir desigualdades históricas e consolidar uma democracia verdadeiramente representativa.

É nesse contexto que o PT reafirma a importância de garantir espaços de formação, decisão e protagonismo para as mulheres, tanto no interior dos partidos quanto nos governos e movimentos sociais. A defesa da autonomia das mulheres em suas decisões, inclusive sobre seus corpos, seus territórios e suas campanhas, é parte inegociável de um projeto popular e emancipador.

Diante disso, o PT reforça: a defesa dos direitos das mulheres deve estar no centro do projeto democrático-popular, ao lado do combate à fome, da geração de empregos, da soberania nacional e da justiça social. Não há justiça de gênero sem democracia, nem democracia plena sem o empoderamento das mulheres.

É por isso que a atuação das mulheres petistas nos parlamentos, nos governos, nos movimentos e nas ruas é vital para construir um Brasil onde o cuidado, a liberdade e a igualdade floresçam.

ENFRENTANDO O RACISMO PARA CONSTRUIR UM NOVO BRASIL

A construção de um novo Brasil passa, necessariamente, pelo enfrentamento do racismo estrutural que marca a sociedade desde a escravidão. O Brasil é um país majoritariamente negro: 56,1% da população se autodeclara preta ou parda (IBGE, Censo 2022). No entanto, os indicadores sociais revelam a permanência de um projeto de exclusão que atravessa séculos.

Pessoas negras são a maioria entre os desempregados (64,2%, IBGE, 2023), subempregados e trabalhadores informais - 47,2% dos trabalhadores negros estão na informalidade, frente a 34,5% dos brancos. Representam também mais de 70% da população em situação de rua (IPEA, 2023) e 67% da população carcerária (DEPEN, 2022). Em 2022, 76,9% das vítimas de homicídio no país eram negras (Atlas da Violência, 2024), com destaque para a juventude negra: a cada 10 jovens assassinados, 8 são negros.

As mulheres negras estão na base da pirâmide social. Elas ganham, em média, R\$ 1.016 por mês - menos da metade do rendimento médio das mulheres brancas (R\$ 2.528) e quase um terço do salário dos homens brancos (R\$ 3.505) (PNAD Contínua, 2023). São também as

mais afetadas pela precarização do trabalho doméstico, pela violência obstétrica e pela falta de acesso a serviços de saúde de qualidade.

Esse quadro de desigualdade não é uma fatalidade, mas o resultado de uma estrutura econômica e social racista, que concentra renda, terra e poder político nas mãos de uma minoria branca. Enquanto isso, apenas 27,7% dos cargos de liderança no mercado formal são ocupados por pessoas negras (Dieese, 2022), e apenas 25% dos parlamentares eleitos em 2022 se autodeclaram negros.

A resistência negra, no entanto, também é histórica: das revoltas quilombolas às mobilizações contemporâneas, o povo negro tem sido protagonista das lutas por democracia, justiça e igualdade no Brasil.

O PT reafirma o compromisso estratégico com a luta antirracista como um dos eixos centrais de um projeto democrático-popular. A superação das desigualdades raciais exige políticas estruturantes: ações afirmativas nas universidades e no mercado de trabalho, reforma do sistema de justiça, combate à violência policial, fortalecimento da economia popular e solidária, valorização das culturas negras e políticas de reparação histórica.

O Estado deve reconhecer e apoiar as formas de organização e saberes produzidos pelas comunidades negras urbanas e rurais, como os quilombos (cerca de 6 mil comunidades identificadas pela Fundação Palmares), as religiões de matriz africana, as redes de cuidado lideradas por mulheres negras e a juventude das periferias.

Mais do que combater o racismo como uma "questão setorial", é preciso enfrentá-lo como uma contradição central do desenvolvimento

brasileiro. O novo Brasil só será possível com a centralidade da luta do povo negro. Reparação, redistribuição de riquezas e bem-viver são compromissos que precisam ser assumidos com radicalidade. Afinal, não há projeto nacional sem justiça racial.

AS LUTAS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

A população LGBTQIA+ brasileira representa uma parcela significativa e cada vez mais visível da sociedade. No entanto, essa visibilidade cresceu em meio a fortes tensões políticas e sociais, exigindo muita resistência e mobilização. Os últimos 20 anos foram marcados por ciclos de avanços institucionais e de severos retrocessos.

Até 2016, registrou-se um crescimento relevante das ações afirmativas e de reconhecimento: sobretudo a continuidade de políticas públicas lançadas anteriormente, como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (de 2009), ainda que com execução limitada. Tivemos igualmente projetos em áreas como saúde da população trans e inclusão de temáticas de diversidade nos materiais escolares - fortemente criticadas e obstaculizadas pelos segmentos conservadores. Ao mesmo tempo, foram obtidos alguns avanços institucionais, como a consolidação de conselhos e comissões interministeriais voltadas para a diversidade sexual. Em 2018 e 2019, o maior protagonismo foi do Judiciário, reconhecendo discriminação contra pessoas LGBTQIA+ como

crime, equiparando-a ao racismo (ADI 26 e MI 4733, julgados em 2019), e instituindo a retificação do nome e gênero em cartórios sem necessidade de ação judicial (regulamentada pelo CNJ em 2018).

Com o advento do Governo Bolsonaro, o retrocesso foi total. Passou a prevalecer uma política de desmonte e estigmatização. Foi extinto o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, eliminando a instância oficial de diálogo com a sociedade civil. Instaurou-se o silêncio institucional, com o fim de qualquer campanha pública de combate à LGBTfobia, além de vetos e censuras a materiais educativos e culturais que abordam a diversidade sexual e de gênero. O Governo adotou oficialmente um discurso ideológico negacionista e moralizante, taxando políticas de gênero e sexualidade como “ideologia de gênero”, com o propósito de alimentar a intolerância e a violência simbólica. A população LGBTQIA+ foi sistematicamente excluída dos planos federais, inclusive do Censo de 2022, que não coletou dados sobre orientação sexual ou identidade de gênero.

Tudo isso resultou em um forte aumento da violência. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) e da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), o Brasil continuou a ser o país que mais mata pessoas trans no mundo, com picos de violência nesse período.

O Governo Bolsonaro foi também um período de alinhamento do Brasil com pautas e articulações ultraconservadoras globais em alianças com governos e instituições fundamentalistas de extrema-deita.

A partir de 2023, com a volta de Lula ao Governo, houve uma notável mudança de rumos. Lula promoveu um drástico reposicionamento

internacional, que incidiu também sobre as questões LGBT e, além disso, tomou importantes medidas na esfera nacional.

Restauração de políticas públicas:

- Criação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com uma Secretaria Nacional dos Direitos da População LGBTQIA+, restaurando o papel institucional dessa pauta.
- Retomada do Conselho Nacional LGBTQIA+: Em 2023, o governo reinstalou o órgão, promovendo a interlocução com movimentos sociais.
- Plano Nacional LGBTQIA+: Em desenvolvimento, busca implementar ações transversais nas áreas de saúde, segurança pública, trabalho e educação.

Campanhas públicas e reconhecimento:

- Reativação de campanhas de visibilidade, combate à LGBTfobia e incentivo à inclusão no serviço público.
- Discussão para coleta de dados demográficos e sociais da população LGBTQIA+ nas próximas pesquisas oficiais (como o Censo).

Mas há desafios persistentes que precisam ser debatidos e enfrentados e que demandam também um engajamento cada vez mais coletivo e vigoroso do PT.

Resistência institucional: Apesar dos avanços no Executivo, parte do Congresso Nacional e setores do Judiciário ainda têm perfil conservador, o que dificulta a aprovação de leis protetivas.

Estagnação legislativa: O Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, proposto desde 2018, segue sem aprovação.

Violência estrutural: Mesmo com avanços institucionais, a violência cotidiana e o preconceito social permanecem altos.

Com o atual governo federal tentando resgatar e avançar nas políticas públicas LGBTQIA+, o desafio central é garantir que essas políticas se tornem estruturais, perenes e juridicamente blindadas contra mudanças políticas futuras, garantindo de fato igualdade, segurança e dignidade para todas as pessoas LGBTQIA+ no país.

O PAPEL ESTRATÉGICO DA JUVENTUDE

Há um novo quadro histórico no Brasil, em especial, para as juventudes. Diante da polarização política nacional e internacional, do avanço das big techs e das novas tecnologias, assim como das transformações no mundo do trabalho, os jovens enfrentam não apenas incertezas sobre o futuro, mas também obstáculos concretos em sua vida cotidiana e na sua própria participação política. Uma parcela dos jovens acaba sendo arregimentada pelas ideologias conservadoras e de direita.

A política partidária no Brasil tem sido marcada por um tensionamento

ideológico e cultural cada vez mais forte, substituindo muitas vezes o debate político pelo embate raso nas redes sociais. A disputa entre projetos antagônicos de país se acirrou tanto que as juventudes vivem um dilema: ou se alienam inteiramente da política ou assumem um protagonismo efetivo na vida nacional.

A propagação acelerada de fake news e teorias conspiratórias, principalmente nas redes sociais, onde a juventude tem presença massiva, tornou-se rotineira. Os algoritmos das plataformas priorizam o “engajamento” a qualquer preço, mesmo que isso signifique impulsionar conteúdos violentos, sensacionalistas e perigosamente manipuladores. Na maioria dos casos, os usuários são induzidos a posturas políticas reacionárias ou à negação da política.

O fortalecimento de figuras políticas da extrema-direita brasileira está intimamente ligado à desinformação na internet. Elas se apresentam como porta-vozes de um conservadorismo supostamente jovial, que combina discursos fáceis e de prosperidade, uma estética de “influencers” e o domínio do marketing digital. A ascensão desses personagens revela a eficácia da extrema-direita para pautar e contagiar o imaginário das pessoas, ainda que de forma deturpada, e representa um grande desafio para a esquerda e, em especial, para o PT. Essa realidade obriga a revisitar o programa e oferecer à sociedade, particularmente aos jovens, novas perspectivas educacionais, culturais e profissionais que dialoguem com as suas angústias, expectativas e desejos.

O desafio, no entanto, não é simples. As novas gerações são impactadas diretamente pela uberização do emprego e precarização

do trabalho, ao mesmo tempo que são fascinadas pelas possibilidades, reais ou imaginárias, de empreendedorismo. São afetadas pela crise ambiental, pelo racismo estrutural, pela dificuldade de acesso à educação de qualidade. São jovens que vivem a contradição entre uma super conexão digital e uma profunda desconexão com o mundo real, o que impacta diretamente as formas tradicionais de organização política.

Neste cenário, ganha força o debate pelo fim da escala 6x1. Dados recentes mostram que a juventude é a parcela dos trabalhadores formais que mais se demite, ou seja, que menos toleram as condições de exploração das longas jornadas de trabalho. Esse fenômeno reflete, principalmente, uma mudança no comportamento dos jovens, especialmente na faixa etária de 18 a 24 anos. Em contrapartida, essa indignação dos jovens trabalhadores não se reverbera em organização política, uma vez que os sindicatos não conseguem dialogar e incorporar esta base social. Por isso, é urgente que o PT busque organizar e engajar os jovens do partido em torno das mobilizações pelo fim da escala 6x1, notadamente um dos temas com maior potencial de mobilizar a juventude trabalhadora brasileira. Além disso, é fundamental organizar o Encontro dos Jovens Petistas Trabalhadores, em conjunto com a Secretaria Nacional de Juventude da CUT, para aprofundar o debate organizativo e político na juventude trabalhadora.

É nesse contexto que o Partido dos Trabalhadores precisa olhar com atenção redobrada para a juventude. A renovação partidária precisa ser programática e profundamente conectada às pautas da juventude

de hoje. É preciso muita escuta, formação política e esforço organizativo para criar novas modalidades de agregação e mobilização da juventude nos territórios e nas redes.

Nesse sentido, é fundamental que, passado o PED, o conjunto do Partido dos Trabalhadores - a partir do protagonismo da Secretaria Nacional da Juventude do PT - se debruce sobre uma grande campanha de filiação de jovens, que envolva a juventude trabalhadora e que a encante para construir o PT. Isso só será possível se dialogar com as pautas concretas da juventude de hoje: o fim da escala 6x1; um projeto voltado para a saúde mental da juventude, que tem sofrido com doenças como ansiedade, burnout, depressão etc., potencializadas cada vez mais pela precarização do trabalho e falta de direitos; a necessidade de investimentos profundos na assistência estudantil das universidades e escolas; o fim da violência policial que atinge diretamente a juventude negra e periférica a partir de um programa de segurança pública que enfrente a guerra às drogas e o encarceramento em massa; bem como espaços de lazer cultura e arte; a luta por transporte público de qualidade e gratuito no campo e na cidade.

Essa campanha militante deve envolver a formação política, a integração cultural e o trabalho de base. Por trabalho de base, compreende-se a organização de atuação nos locais de moradia, estudo e trabalho a partir da organização dos núcleos da juventude do PT. A partir disso, desenvolver ações de solidariedade, debate sobre a política e a melhor tática de atuação coletiva até a distribuição de panfletos, colagem de cartazes, comícios relâmpagos, abaixo-

assinados, manifestações e abordagem nas ruas. Por integração, compreende-se shows, saraus, peças teatrais, recitais de poesias, mostras de grafite, pinturas e artes plásticas, oficinas variadas, exibição de filmes, campeonatos esportivos e gincanas. Por formação política, compreende-se leitura e construção de textos, rodas de conversas temáticas, realização de seminários, podcasts e afins.

Além disso, é urgente dar consequência ao 6º Congresso da Juventude do PT para que este ocorra até o primeiro trimestre de 2026 e com um calendário que, de fato, permita a participação massiva das juventudes e contemple as diretrizes político-organizativas citadas, para renovar as instâncias de juventude, aprofundar o debate político e traçar as estratégias de organização da juventude petista.

A nova geração de jovens militantes participa, pela primeira vez, do Processo de Eleições Diretas (PED) do partido. Além disso, tem pela primeira vez a experiência de governar com o Presidente Lula. A juventude petista quer que esse PED seja um momento de transição e de potência, em que possa ser um motor de renovação política e cultural, sem abrir mão da história que foi construída até aqui.

É preciso aprofundar reflexões importantes. O Estatuto é contundente ao abordar a questão do limite de reeleições nos espaços de poder e decisão. Ir contra tal decisão histórica é ir contra o processo de renovação e reoxigenação do partido de maneira efetiva e ir contra a real participação da juventude na estrutura partidária e em outros espaços fundamentais de construção política. O acerto dos 20% dos cargos de direção a jovens nas mais variadas esferas do partido precisa ser cotidianamente defendido e respeitado. Uma grande

campanha para que diretórios e comissões provisórias invistam na juventude, bem como construam novas campanhas de filiação são fundamentais para a oxigenação do partido e para a eleição de Lula em 2026. As cotas de juventude não são mero detalhe estatutário: trata-se de uma ferramenta de um partido que representa o povo brasileiro e pretende chegar ao seu centenário de luta.

O PT tem uma bela trajetória, que resultou em grandes conquistas populares, mas precisa encarar as novas realidades do país, sem abandonar seus princípios. Para isso, importantes programas como o Pé-de-Meia, #PartiuIF, ID Jovem, Plano Juventude Negra Viva, Bolsa Atleta, Programa Rouanet da Juventude, entre outros criados pelo Governo Lula, precisam estar mais fortemente associados ao imaginário da juventude e ser também um vetor de motivação para ampliar a participação na política.

No último período, o PT elegeu o maior número de jovens deputados e deputadas, vereadores e vereadoras, prefeitas e prefeitos de sua história. Precisa potencializar mulheres, jovens, negros e negras, LGBTQI+, periféricos, PCDS para os espaços de poder. A eleição de jovens parlamentares pelo PT, com o apoio do Movimento Representa, expressa não apenas uma renovação de quadros, mas também a força de uma juventude capaz de disputar o protagonismo eleitoral contra a direita brasileira.

O Movimento Representa, iniciativa da Juventude Petista desde o ano de 2018, precisa de maior atenção do conjunto da direção partidária. A renovação do partido e sua atualização não serão apenas consolidadas com a transição geracional na idade, mas também na

atualização programática para responder os problemas do presente. O investimento em uma nova escola de formação de quadros permanente, investimento em jovens com capilaridade nas ruas e redes, atualização no modo petista de legislar com fóruns de novos parlamentares petistas, são fundamentais no debate com a sociedade. Além disso, construir uma plataforma política unificada que respeite as diversidades regionais, coletivas, subjetivas, mas com projeto fundado no socialismo democrático, fortalece a ocupação dos espaços nas capitais, no interior, no campo e na cidade.

Além disso, a juventude do PT volta a ser protagonista também no movimento estudantil. Com a aprovação da nova Lei de Cotas, de Relatoria da Deputada Federal Dandara, a marca do jeito de petista de investir na educação e defender os estudantes tem identidade forte. É necessário que o PT invista de maneira permanente no Encontro Nacional dos Estudantes Petistas (ENEPT) a fim de atualizar o programa partidário para os jovens brasileiros na educação e fortalecer sua organização nas entidades de base, entidades gerais estudantis e também as pesquisas realizadas pela juventude no âmbito da educação, saúde, acesso à cidade, segurança pública, dentre outras bandeiras fundamentais à vida da população.

Se quiser um futuro em que a juventude brasileira tenha vez, voz e poder, precisa garantir que ela esteja no centro do projeto de partido, na linha de frente da luta por um país mais justo. Para tal, a Juventude do PT, que é uma juventude partidária e também um movimento social, reconhecendo sua responsabilidade com a atual conjuntura da classe trabalhadora brasileira e seu espaço estratégico na construção

de uma sociedade mais justa e igualitária, reafirma a necessidade de garantir o repasse dos 5% do Fundo Partidário para a instância. Nesse sentido, reafirma-se a urgência de aprovar a destinação de 5% dos recursos do Fundo Eleitoral destinado aos estados para as candidaturas jovens petistas a partir de 2026.

MUDANÇA CLIMÁTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Hoje, a urgência de uma transformação radical no uso da energia do planeta é inegável. O aquecimento global confronta com uma realidade alarmante: inundações devastadoras, secas severas, tempestades violentas e mudanças climáticas extremas. Calor insuportável e falta de chuva onde ela é necessária. Tragicamente, são os mais pobres os que sofrem as consequências mais graves dessa crise.

Nesse contexto, o Brasil surge como uma esperança valiosa. Com uma matriz energética majoritariamente renovável, o país tem o potencial de se tornar um modelo exemplar. Ao contrário de grande parte do mundo, onde a eletricidade é gerada em usinas a carvão e veículos, aeronaves e navios consomem combustíveis fósseis, que são as principais causas do aquecimento global, as emissões do Brasil provêm do desmatamento e da gestão insustentável da terra. Em 2025, o Brasil estará em uma posição privilegiada para liderar as políticas climáticas, sediando a COP30 em Belém (PA) e presidindo

os BRICS, abrindo caminho para moldar o futuro do combate às emissões.

Defende-se uma ação global coordenada, na qual os países mais ricos devem financiar políticas que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas e contribuam para evitá-las. Afinal, são esses países que carregam a maior responsabilidade pelas emissões que impactam o clima. Eles têm o poder e o dever de promover mudanças significativas.

No Brasil, precisa-se abraçar três pilares essenciais: garantir que mais brasileiros e brasileiras tenham acesso a um sistema energético moderno, seguro e sustentável.

A busca pela sustentabilidade não pode ocorrer à custa da perpetuação da pobreza energética. Deve-se eletrificar cada lar e elevar a qualidade do consumo de energia em todos os aspectos da vida - desde a luz que ilumina lares até os veículos que transportam, desde o calor e o ar-condicionado que conforta até as indústrias que impulsionam a economia. Precisa-se de uma política direcionada para revolucionar o uso de combustíveis domésticos, particularmente o gás de cozinha. Embora os preços do mercado internacional ofereçam orientação, não se pode ser seus escravos. Deve-se traçar o caminho, guiados pela capacidade doméstica de fornecer combustíveis e eletricidade sustentáveis, abraçando biocombustíveis, combustíveis sintéticos e o potencial ilimitado das fontes renováveis.

Não se pode aceitar o risco de apagões, o aumento exorbitante dos custos de energia ou o aprofundamento das desigualdades regionais. A energia deve ser um motor de crescimento, não um obstáculo à

redução da pobreza e das desigualdades. Precisa aumentar o consumo de energia no Nordeste e a produção de biocombustíveis nas outras regiões brasileiras. No Norte, assim como no Centro-Oeste e no Nordeste, é crucial preservar os biomas para evitar o desmatamento e os incêndios que afetam o clima.

Pode-se e deve-se construir um projeto de desenvolvimento articulado para a Amazônia. É uma questão de justiça social e de soberania nacional. Na Amazônia vivem quase 20 milhões de brasileiras e brasileiros que aspiram, com todo direito, ao bem-estar material e espiritual, e lutam para conquistá-lo. A região sofre com a exploração predatória e a devastação, mas tem, ao mesmo tempo, notáveis experiências de manejo responsável da floresta e de valorização de sua riquíssima biodiversidade. Seus povos tradicionais possuem saberes admiráveis e, além disso, a Amazônia conta com algumas das melhores universidades e institutos científicos do país, que há décadas elaboram, junto com as forças democráticas e os movimentos populares, propostas alternativas de crescimento socioeconômico com a floresta em pé.

O Brasil é privilegiado por sua riqueza em recursos energéticos. Temos petróleo suficiente para garantir nossa autossuficiência e ainda exportar por um tempo. Pode-se manter essas reservas de forma responsável. A maior parte das emissões associadas ao petróleo ocorre no seu uso, especialmente nos transportes. A frota de veículos flex-fuel é a maior do mundo, e a combinação com hidrelétricas resulta em uma matriz energética das mais limpas do planeta. Não se pode

admitir que a energia seja um entrave para o crescimento e para a redução da pobreza e das desigualdades.

O momento é de crescimento na produção de biocombustíveis, e a legislação brasileira impulsiona sua inclusão na gasolina e no diesel. O Nordeste brasileiro dispõe das áreas com melhores condições naturais no mundo para a produção de energia do sol e dos ventos. Pode-se usar essa expansão para reduzir desigualdades regionais, promovendo indústrias verdes, especialmente no Nordeste, e a produção de biocombustíveis em outras regiões do país. Não se pode ser apenas exportadores dos produtos que usam as nossas vantagens naturais. É preciso fazer com que mais transformação ocorra em território nacional.

Não se pode ser meros exportadores de sol, água e ventos. É preciso fortalecer a cadeia produtiva, fomentando a produção local e reduzindo custos. Tanto na cadeia de fornecedores com produção local, como, principalmente, estimulando novos utilizadores das novas fontes de energia e seus produtos. Deve-se estimular uma nova indústria e novos serviços que usem os processos e produtos que surgirão com as novas fontes de energia.

Um exemplo é a cadeia do hidrogênio verde. Deve-se fomentar seu uso em setores como siderurgia, transporte e produção de fertilizantes. Os combustíveis sintéticos derivados de hidrogênio são uma possibilidade de nova industrialização, assim como a transformação da biomassa em combustíveis limpos. Todos intensivos em hidrogênio.

Contudo, o crescimento das energias renováveis não é isento de tensões. As comunidades locais sentem os impactos, e suas vidas tradicionais devem ser respeitadas. Barulho, efeitos sobre o solo e mudanças de estilo de vida, com repercussões sobre a saúde, preocupam e precisam ser controlados. É preciso regulamentações mais rigorosas para assegurar que as vozes dos afetados sejam ouvidas e que os eventuais impactos negativos sejam minimizados.

As políticas energéticas não podem depender exclusivamente do mercado. O reconhecimento global é claro: sem uma ação estatal firme, a transição energética será lenta e ineficaz. O retrocesso em algumas partes do mundo, a eleição de líderes- particularmente nos EUA com a eleição de Trump, que promovem combustíveis fósseis e fazem regredir as agendas de transição energética, alerta sobre a importância da liderança do Brasil na defesa das políticas de mitigação e enfrentamento das mudanças climáticas.

A Europa, a China e os EUA, têm estimulado a eletrificação de suas frotas de veículos leves como forma de reduzir as emissões. O Brasil, com sua enorme frota de veículos que podem usar misturas de gasolina, etanol e até gás, tem condições industriais de implementar a expansão de veículos híbridos com biocombustíveis que podem ser mais eficientes do que veículos puramente elétricos nas contribuições contra as mudanças climáticas.

É hora de agir, de sonhar e de transformar. O futuro do planeta e das próximas gerações depende das decisões que tomarmos agora. O Brasil precisa ser um dos líderes do movimento de transição

energética, combinando o crescimento de fontes renováveis com a substituição progressiva das fontes fósseis.

Entretanto, a transição energética brasileira não deve se limitar à modernização tecnológica, mas integrar um modelo de desenvolvimento socioecológico que enfrente a inserção subordinada no mercado global de commodities. É necessário romper com o modelo que devasta biomas, contamina rios e compromete os modos de vida de povos indígenas, quilombolas e camponeses.

Projetos eólicos e solares não podem repetir lógicas coloniais, impondo-se sobre comunidades sem diálogo ou respeito à sua autonomia. O desafio vai além da matriz energética: exige uma reorientação profunda do modelo de desenvolvimento.

A aprovação do PL 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, representa um grave retrocesso. Em pleno colapso climático e às vésperas da COP30, a maioria do Congresso Nacional escolheu desmontar a estrutura do sistema de meio ambiente do país, acabando, na prática, com o licenciamento ambiental, por meio de mecanismos de autolicensing, de licenças automáticas e autodeclaratórias.

O PL da Devastação acaba com a proteção de áreas quilombolas e indígenas já em processo administrativo de reconhecimento, diminui drasticamente a proteção das águas, amplifica o desmatamento, a poluição, o envenenamento por agrotóxicos e a vulnerabilidade das populações em seus territórios.

As instâncias de participação social sofrem um duro golpe com as restrições impostas aos colegiados do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e os conselhos estaduais e municipais.

Essa escolha do Congresso trará de volta o fantasma da tragédia de Cubatão e multiplicará os crimes ambientais, como os de Mariana e Brumadinho, e o afundamento do solo em Maceió. Trata-se de um ataque direto à sociedade brasileira, autorizando a degradação do seu rico patrimônio ambiental.

Tempo de COP30 é tempo de lembrar Chico Mendes e de adotar uma firme política de transformação socioecológica.

MOBILIDADE

Não é possível falar em políticas de combate aos efeitos da mudança climática sem abordar a melhoria da oferta, da qualidade e, principalmente, da gratuidade universal no transporte público. Em cidades (especialmente médias e grandes), cada vez mais congestionadas por veículos particulares, um dos principais agentes de poluição atmosférica, o incentivo ao uso do transporte público é uma forma de diminuir a circulação de carros. A Tarifa Zero surge como uma política inovadora que, além de visar a redução do uso dos veículos particulares, significa uma economia doméstica substancial para famílias de baixa renda, garantindo um incremento no setor de comércio e de serviços, com ganhos substanciais de arrecadação

para as cidades, além de atacar diretamente a exclusão de parcela significativa da população que não tem acesso à plenitude de uma cidade, que passaria a poder exercer integralmente o direito de ir e vir, sem nenhuma barreira econômica.

A busca pela transição socioecológica não se opõe ao combate à pobreza energética.

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEMOCRÁTICA, CIDADÃ E ANTIRRACISTA

Ninguém ignora a grave situação da segurança pública no país. A população trabalhadora, os setores médios, a juventude, as mulheres, os negros e indígenas sentem no dia a dia os efeitos dilacerantes da violência e da insegurança. Os indicadores de violência são altos e denunciam a falência de uma política assentada na violência de Estado que se mostrou incapaz de conter e eliminar a violência e os sentimentos de insegurança.

Este problema está associado a uma disputa de narrativa e de projetos. A extrema-deita propaga uma estratégia de guerra e violência de Estado, associada à uma retórica demagógica e fascistizante. A realidade é que este modelo violento anda de mãos dadas com o crime organizado.

O campo democrático deve enfrentar esta crise grave com políticas públicas integradas, com uma visão de mundo agregadora e de

defesa da paz. Não se combate o crime, em especial o crime organizado das milícias paramilitares e facções do crime, apenas com repressão. É preciso obstruir o caminho do crime até a juventude. Isto se faz com políticas de emprego, habitação, saúde, educação e cultura.

A experiência do PRONASCI, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, é um paradigma sobre o qual o terceiro governo Lula deve avançar. O avanço significa desenvolver uma política nacional, integrada e transversal, de segurança pública, democrática, cidadã e antirracista.

Posta na Constituição da República como uma responsabilidade dos estados, vê-se, hoje, a insuficiência do preceito constitucional. As gestões petistas nos estados e agora no governo federal indicam a necessidade de um projeto inovador, mais articulado e ousado, para enfrentar esse desafio. Um desafio, aliás, que não é só do Brasil, mas de quase toda a América Latina e também dos países mais avançados.

Ainda que o Governo Lula esteja fazendo um grande esforço com os instrumentos de que dispõe (a Polícia Federal, sobretudo) para melhorar de alguma forma esse quadro, e que alguns indicadores comecem a melhorar (a redução do número de assassinatos, por exemplo), a verdade é que o problema continua em aberto e parece exigir uma nova abordagem não só do Poder Executivo, mas do conjunto das instituições e da sociedade como um todo.

A PEC da Segurança Pública apresentada pelo Governo Federal é

uma excelente iniciativa. Porém, se não for acompanhada de um Pacto Nacional contra a violência e a criminalidade, que também conte com a participação do Legislativo e do Judiciário, pode não ser suficiente para estancar e reverter o quadro dramático de largas faixas da população brasileira vivendo à mercê do crime. Criar o Ministério da Segurança Pública, como órgão gestor da Política Nacional, é imperioso para que se possa intervir com resolutividade neste quadro de crise na segurança pública.

O esforço para desarmar a população civil tem de vir junto com o fortalecimento - e qualificação - das forças de segurança do Estado, mas a valorização do papel das polícias não pode, de modo algum, ser confundida com o estímulo à violência como tem ocorrido em vários estados. O que a sociedade quer é uma polícia eficiente, que aja na prevenção e superação dos conflitos. Que exerça a prerrogativa estatal de combate aos ilícitos, inclusive no interior de suas corporações, e respeite a cidadania. As comunidades não querem viver entre dois fogos. Querem viver em paz.

A integração das forças de segurança no SUSP, Sistema Único de Segurança Pública, coordenado pelo Governo Federal, respeitando a autonomia de estados e municípios, é um passo importante para barrar o crescimento das maiores organizações criminosas e de suas variantes locais, as milícias.

É preciso investir em policiamento de proximidade, exercido pelas polícias militares que, para isso, devem contar com o apoio das guardas-civis nos municípios. Esse tipo de policiamento, aliado a mecanismos tecnológicos como o uso das câmeras de vigilância nas

idades e aplicativos de bloqueio, ajudará a inibir a prática de roubos e furtos.

De altíssima relevância é também o investimento na polícia investigativa: a Polícia Federal e as polícias civis dos estados. São esses os órgãos responsáveis pela elucidação dos crimes contra a vida. Boa parte dos crimes dessa natureza geralmente não são elucidados, pelo enfraquecimento das polícias civis em detrimento das polícias militares.

A recuperação dos territórios dominados pelas facções criminosas/milícias é uma urgência nacional. O que também inclui os territórios indígenas no que diz respeito ao garimpo ilegal e à grilagem. Reaver o seu direito de ir e vir em paz já será uma conquista importante para as populações que vivem nesses territórios.

Os melhores resultados no combate às organizações criminosas têm sido obtidos por meio de operações de inteligência, que identificam e desmontam esquemas nacionais e internacionais de lavagem de dinheiro e compra de armas, essenciais para o crime. Investir em profissionais e tecnologias avançadas de inteligência é crucial nesse combate.

A construção de presídios federais de segurança máxima, geridos pela Polícia Penal Federal, nos quais hoje se encontram muitos dos principais chefes do crime no Brasil, é um legado dos governos do PT.

A luta contra a violência e a criminalidade é complexa e difícil, mas é imprescindível para assegurar a qualidade de vida do povo, sobretudo nas periferias pobres, e para possibilitar o avanço do projeto de

desenvolvimento com justiça e paz social.

Desta forma, além de lutar pela aprovação da emenda constitucional da segurança pública, PEC 18/25, que dá status constitucional ao SUSP, que dá ordenamento aos fundos Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Penitenciário Nacional (Funpen), cria o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e atualiza as competências da PF e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), outras medidas podem ser tomadas para enfrentar com nitidez este problema:

Criar o Ministério da Segurança Pública, como órgão gestor da Política Nacional de Segurança Pública;

Convocar a Segurança Conferência Nacional de Segurança Pública;

Instituir a Lei de Compliance, para que o crime não contrate com o poder público;

Criar o Programa Nacional Permanente e Integrado de Enfrentamento às Organizações Criminosas, coordenado pela Polícia Federal, com PRF, COAF, Receita Federal, Polícias Estaduais, com apoio dos MPs Estaduais e Federal e FFAA, para atuar em todo território nacional, em especial na Amazônia Legal, onde o crime organizado cresceu na última década. Repressão qualificada, que só se dá com inteligência policial, para prender as lideranças do crime organizado e ir atrás do dinheiro do crime.

Desenvolver o Programa Nacional de Diminuição dos Homicídios Dolosos e outras Mortes Violentas como Feminicídio e revisão da Lei

de Drogas;

Desenvolver o Programa Nacional de Policiamento de Proximidade, com recursos do FNSP, para induzir Estados e Municípios a implementarem o policiamento de proximidade, que dialoga com a população e chega antes do crime, em contraponto ao policiamento de confronto, que cria distanciamento da população com a polícia e tem como resultado as mortes sistemáticas de pobres e negros e não enfraquece as organizações criminosas que se alimentam da violência. Propor aos Estados a criação de Batalhões de Policiamento de Proximidade nas Polícias Militares;

Desenvolver o Programa Nacional de Saúde Mental para os Trabalhadores da Segurança Pública, com recursos do FNSP. O suicídio policial é epidêmico em vários estados do país;

Desenvolver o Programa Nacional de Prevenção à Violência, com foco na juventude e nas mulheres das periferias, com espaços novos de cultura, esporte e lazer e oportunidades de trabalho, com cursos gratuitos;

Criar regulamentação rígida sobre o acesso às armas de fogo. Mais de 70% das mortes violentas no país são com armas de fogo;

Implantar mais cinco presídios federais de segurança máxima, para controle e repressão ao crime organizado.

A CULTURA COMO UM HORIZONTE ESTRATÉGICO

O papel da Cultura na formação da identidade nacional e na defesa de sua soberania é fartamente conhecido e defendido pelo nosso partido. Mas, a cultura tem, também, papel crucial na promoção de renda e na geração de postos de trabalho.

Com o Governo Lula 3 e a retomada do Ministério da Cultura, diversas políticas que foram abandonadas pelo desgoverno que antecedeu foram reestruturadas, como o Sistema Nacional de Cultura, atualização do Plano Nacional de Cultura, a Política Nacional de Cultura Viva (os Pontos de Cultura), o fomento cultural, o Conselho Nacional de Políticas Culturais e a volta das conferências de Cultura nos municípios, estados e nacionalmente.

Além destas, ações novas, como a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, garantem a estados e municípios um recurso nunca antes visto pelo campo cultural. São bilhões de Reais promovendo o acesso aos recursos para a Produção Cultural. Além disso, a Escola Solano Trindade de Formação e Qualificação Artística, Técnica e Cultural - a ESCULT, os agentes territoriais, Comitês e Escritórios estaduais de Cultura, os Novos CEUs e os esforços de desconcentração do aporte financeiro à Cultura, com editais específicos da Rouanet para o Norte, Nordeste, Favelas e Juventude, garantem diversidade cultural nos territórios.

Neste contexto, comemora-se a recriação da Secretaria de Economia Criativa e a criação da Diretoria de Políticas para Trabalhadores da Cultura. Celebra-se também a retomada do Audiovisual brasileiro, fortalecimento da Secretaria de Audiovisual e a sua construção de

uma política para as cotas de tela e do streaming que garantam a produção e a difusão da produção nacional e a garantia de nossa soberania nas telas. Além do reconhecimento internacional da qualidade de produção, é preciso citar e parabenizar o cinema no Oscar e em Cannes.

A cultura desempenha um papel crucial no fortalecimento e na consolidação da democracia. Ela é caracterizada por valores como respeito mútuo, tolerância, participação cívica e liberdade de expressão. O ódio disseminado pela extrema-direita contra a Cultura, estão entre as páginas mais infames do período recente do Brasil.

Para o PT, a cultura é um dos segmentos mais significativos. Democratizar a cultura, com o amplo acesso a bens, equipamentos e serviços culturais, além de espaços de participação nas gestões, promove a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de exercer seus direitos e deveres de forma mais plena. Desvalorizar o papel da cultura foi uma das formas que a extrema-direita utilizou para tentar vergar a espinha dorsal do povo brasileiro e dar vazão ao estilo capacho, próprio daqueles que operam contra os interesses do Brasil. A cultura é uma poderosa ferramenta de resistência contra regimes autoritários e de defesa da liberdade e da democracia.

Expressão do ser brasileiro, de suas lutas, de seus anseios e de seus costumes, e dá substância e unidade ao sentimento nacional.

A criatividade a serviço do Brasil refere-se ao potencial da criatividade e inovação brasileira, para impulsionar o desenvolvimento social e econômico do país por meio da cultura. A defesa da cultura para o Brasil contribui para a formação de uma identidade coletiva e para o

desenvolvimento de um senso de pertencimento à comunidade e à nação.

A Cultura brasileira ainda está aqui e estará para sempre, mas para isso, é preciso fortalecer as suas pautas e a gestão em todas as instâncias federais. Sem uma cultura própria fortalecida e respeitada, não há soberania. A Cultura brasileira é o que faz os brasileiros e brasileiras.

RUMO ÀS ELEIÇÕES DE 2026

A vitória de Lula em 2026 é vital para que o Brasil possa dar continuidade ao seu projeto de desenvolvimento nacional e se torne cada vez mais uma nação independente, próspera e justa. Não se pode de modo algum permitir que a construção nacional, para usar uma expressão do saudoso Celso Furtado, seja novamente interrompida, como ocorreu com o golpe de 2016. Testemunhou-se o que significaram os governos Temer e Bolsonaro em termos de retrocesso político, econômico e social, de perda da soberania, de esvaziamento da democracia, de desnacionalização das riquezas e de ataque aos direitos básicos da população, causando um enorme sofrimento popular. Viu-se como o ódio e a intolerância, alimentados pela própria Presidência da República, se apossaram da sociedade brasileira, envenenando o convívio social e a relação entre as pessoas. Nunca se esqueça o que custou - e ainda custa - recuperar

a soberania, reconstruir a democracia, a economia, as políticas públicas e o direito elementar de viver em paz.

A vitória em 2026 é crucial para o futuro imediato e histórico do país, e passa, é claro, pelo êxito do governo e a capacidade de fazer com que as maiorias sociais se identifiquem com ele, desejando a sua continuidade. Passa, obviamente, pelo imenso prestígio e carisma de Lula, que continua sendo, de longe, o maior líder político e popular do país, e o mais respeitado.

Há sem dúvida condições de derrotar a direita e a extrema-direita, mas não se pode menosprezar a sua força política nem a capilaridade do aparato conservador no país. Não é por acaso que ela governa vários grandes estados da Federação e tem importante peso no Legislativo. Suas posições golpistas, discriminatórias e antipopulares geram repulsa em amplos setores, mas isso não significa automaticamente fragilidade eleitoral. Para vencê-la, além de fazer a mais ampla aliança democrática possível, de partidos e organizações sociais, é preciso constituir um vasto movimento popular, que vá além do campo político e incorpore milhões de pessoas comuns que acreditam na liberdade e na democracia, que prezam a paz e a solidariedade e aspiram a um convívio social sem violência nem opressão. Pessoas que muitas vezes não são de esquerda, mas que compartilham o valor inegociável da dignidade humana, do bem-estar e da concórdia. Pessoas que podem se unir ativamente em torno da candidatura Lula como o melhor caminho para evitar retrocessos e continuar avançando no rumo do progresso e da justiça social.

Nesse sentido, deve-se manter e incrementar a fecunda relação com o mundo católico e aprofundar o diálogo com a população evangélica, sem partidarizar de modo algum a questão religiosa, mas, ao mesmo tempo, sem aceitar que lideranças de ultradireita, cuja conduta é essencialmente anticristã, se apropriem do autêntico sentimento religioso e tentem falar arbitrariamente em seu nome.

Por outro lado, é fundamental intensificar cada vez mais a aliança democrática com a intelectualidade, os cientistas e o mundo da cultura em geral, ao qual o governo tem dado forte apoio. A arte e a ciência se alimentam da liberdade e sempre almejam, de alguma forma, a felicidade coletiva. Independentemente de vínculos partidários, cientistas, artistas e ativistas da cultura são grandes parceiros na defesa da democracia e do desenvolvimento.

A vitória de 2022 reacendeu a chama da esperança na maioria do povo brasileiro. As conquistas do Governo Lula mostram que valeu a pena. Essa chama precisa estar ainda mais forte e viva na campanha de 2026.

A reeleição de Lula em 2026 depende essencialmente de aliança com a população pobre, trabalhadora, periférica, jovem, as mulheres, negros e negras. Contribui nesse sentido que se tenham candidaturas de esquerda, democráticas e populares, para disputar as eleições majoritárias e proporcionais em todos os estados do país.

O país está vivendo uma grande disputa de hegemonia cultural e ideológica que torna as condições para as eleições de 2026 muito peculiares. Ter sucesso na disputa eleitoral exige do Partido dos Trabalhadores organizar-se urgentemente para retomar sua

capacidade de ser o centro convergente de todas as lutas da classe trabalhadora. Essa postura irá possibilitar uma aproximação cada vez maior com os movimentos populares, aumentando a compreensão dos novos desafios e dificuldades do mundo do trabalho. O povo deve ser parte vital da construção dessas candidaturas em todos os níveis e é dever do partido criar as condições para que ele se mobilize tanto nos períodos de campanha quanto de pré-campanha.

MOÇÕES

Moção em defesa do povo palestino no 17º Encontro Nacional do PT

Não é possível virar os olhos às mortes de crianças em Gaza pelos bombardeios de Israel há mais de 20 meses, e agora pela fome e doenças produzidas pelo bloqueio israelense. São crianças, um terço dos 55 mil palestinos mortos em Gaza e na Cisjordânia.

No último dia 5 de junho de 2025, o presidente Lula declarou que, na região, não se trata de uma guerra, mas de “um genocídio premeditado”. Todavia, ainda há no mundo inteiro quem compre, venda e subsidie o complexo industrial-militar de Israel, como se isso fosse normal.

O governo de Benyamin Netanyahu é acusado de “crimes de guerra” até por ex-embaixadores e ex-primeiros-ministros israelenses. Os crimes

agora incluem assassinar civis desarmados e famintos, que buscam auxílio humanitária e recebem balas e bombas.

Por tudo isto, a militância presente ao Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores declara sua irrestrita solidariedade ao povo palestino. E endossa a moção assinada em Porto Alegre pelos quatro candidatos à presidente do PT no PED 2025: de acordo com os compromissos históricos do PT que todos reivindicamos, endossamos a nota do Conselho Nacional de Direitos Humanos de 6 de junho de 2025, e solicitamos ao presidente Lula para que intervenha em favor da suspensão de relações diplomáticas e comerciais com o governo de Netanyahu.

Viva o povo Palestino!

Brasília, 1 de agosto de 2026

Moção do Setorial Inter-religioso no 17º Encontro Nacional do PT

Companheiros e companheiras do 17º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores,

Entendemos que este momento do partido é fundamental para o aprofundamento da relação do PT com os diversos movimentos sociais e com as múltiplas organizações de base comunitária espalhadas por nosso país.

O PT nasceu da relação orgânica com as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e com diversos movimentos populares, que

foram essenciais para o rompimento do ciclo autoritário da ditadura militar. No entanto, é preciso reconhecer que o mapa da diversidade religiosa brasileira se transformou ao longo dos 45 anos de existência do nosso partido.

Ainda vivemos em um país de maioria cristã católica, mas, nas últimas décadas, o segmento evangélico tem crescido significativamente em todo o território nacional. Também é necessário observar que, nos últimos anos, segmentos da ultra-direita se apropriaram e partidarizaram a fé, atraindo milhares de pessoas para projetos autoritários, promovendo políticas de morte, exclusão e genocídio.

Se, por um lado, há setores conservadores no interior dessas organizações religiosas, por outro, o PT reconhece o papel fundamental das igrejas evangélicas - pentecostais e históricas - na vida social brasileira. Essas igrejas atuam nas periferias, nos pequenos municípios e junto aos mais vulneráveis, promovendo solidariedade, apoio social e cuidado psíquico e espiritual.

Do mesmo modo, reconhecemos a importância histórica e atual das religiões de matriz africana, dos centros espíritas, das organizações agnósticas, dos movimentos ecumênicos e de todo o campo da diversidade religiosa que promove ações concretas de solidariedade, justiça e paz.

Nesse sentido, devemos preservar e fortalecer nossa fecunda relação com o mundo católico e, ao mesmo tempo, aprofundar o diálogo com o campo evangélico, sem jamais partidarizar a fé, mas também sem permitir que lideranças da extrema-direita, cuja conduta é essencialmente anticristã, se apropriem de princípios, símbolos,

dogmas e da própria autoridade religiosa para distorcer a fé e usá-la como instrumento político de dominação, propagando a ideia de que estar à esquerda é estar contra Deus.

Reafirmamos, de forma inegociável, nosso compromisso com a laicidade do Estado, com a cultura da paz, com a valorização da diversidade religiosa no Brasil e com o enfrentamento firme de toda e qualquer forma de intolerância religiosa.

Por fim, ressaltamos o reconhecimento, por parte deste 17º Encontro Nacional do PT, da importância do Setorial Inter-religioso do partido, dos Núcleos de Evangélicos e Evangélicas do PT (NEPTs), dos diversos movimentos de fé e política, bem como dos espaços de formação que articulam fé e democracia.

O Partido dos Trabalhadores precisa manter um vínculo permanente com as organizações e comunidades religiosas, sempre respeitando a laicidade do Estado, combatendo com firmeza todas as formas de intolerância e ampliando cada vez mais o diálogo interreligioso e a construção de uma sociedade justa, solidária e democrática.

Reiteramos ainda nosso compromisso com o Plebiscito Popular pelo fim da escala 6x1, pela taxaço dos super-ricos e pela isenço do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais mensais. Essas pautas expressam o compromisso histórico do PT com a justiça social e tributária. Também reafirmamos nosso engajamento na luta pela reeleição do Presidente Lula em 2026, como continuidade de um projeto democrático, popular e inclusivo para o Brasil.

Moção em defesa do Congresso da JPT

A democracia brasileira, mais uma vez, está sob risco. A ofensiva do imperialismo estadunidense, comandado por um presidente da extrema-deita fascista, reposiciona a política global para manutenção de um capitalismo financeirizado e exploratório da mão de obra da classe trabalhadora e dos recursos naturais com o objetivo de ampliar os lucros dos donos do poder financeiro e político mundial.

O Presidente Lula se elegeu em 2022 para reconstruir o Brasil e retomar o desenvolvimento nacional, incluindo os trabalhadores e trabalhadoras no orçamento. Além disso, a ampla frente em defesa da democracia brasileira, desde os primeiros momentos da vitória eleitoral, se demonstrou necessária, mas contraditória.

O centrão no Congresso Nacional resiste em aceitar que elegemos um governo dos trabalhadores e impõe sobre nosso projeto sucessivos embates. Essa força do centrão e da extrema-direita em Brasília se concretiza a partir da captura de uma parcela significativa do orçamento da União para a bilionária receita das emendas parlamentares. Diante disso, não podemos vacilar: temos que ser contra esse mecanismo de sequestro do orçamento público para compra de reeleição de deputados e senadores. Sem o fim das emendas, não vamos conseguir construir maiorias políticas e tornar o Congresso a cara do povo.

A conjuntura política está nos mostrando uma recuperação da aprovação do Presidente Lula e isso só está sendo possível por dois motivos: a agenda popular de colocar a classe trabalhadora no

orçamento e o rico no imposto de renda; e, a defesa da soberania nacional e nossa democracia.

Essas pautas e a redução da jornada de trabalho, sem a redução dos salários, são as agendas prioritárias das frentes e movimentos populares que demonstram uma reconexão da esquerda com a agenda da maioria da população brasileira. E, nesta construção, o nosso partido está acertando.

A juventude tem desempenhado um papel central e estratégico no fortalecimento do Partido dos Trabalhadores, seja atualizando suas pautas, seja ocupando com ousadia os espaços de poder e decisão. Essa juventude não apenas renova o PT junto à direção nacional, mas também é mobilizadora nas ruas, lutando pela taxaço das grandes fortunas, a diminuio de jornada de trabalho sem reduo dos salários, e por justia tributária. Cresceu, significativamente, também, no debate sobre educao, sendo protagonista de conquistas históricas como o programa Pé-de-Meia e a aprovao do novo PNAES: políticas fundamentais para a permanência estudantil, uma bandeira que a JPT levantou e defendeu com coragem. Essa juventude militante é garantia de um PT forte, sintonizado com o povo e com o futuro.

A JPT, como uma instância de mobilização da juventude partidária, se insere neste contexto social e político como um instrumento que tem como a principal responsabilidade para o próximo período reencantar jovens do país em torno do nosso projeto. Esse não é um desafio pequeno, na verdade, é o desafio da nossa geração. A reeleição do Presidente Lula em 2026 depende deste diálogo com a juventude que é uma parcela significativa da sociedade brasileira e será o diferencial

para a nossa vitória. Por isso, precisamos aprofundar ainda mais nossa organização e mobilização.

Para seguir sendo referência de transformação social, o Partido dos Trabalhadores precisa fortalecer ainda mais sua sintonia com a juventude e com a base, atualizando seu programa político à luz das novas realidades do Brasil e do mundo. A juventude petista, com sua ousadia e capacidade de mobilização, tem o papel essencial de provocar esse processo, colocando em debate temas contemporâneos, formas inovadoras de organização e novas linguagens que dialoguem com as juventudes periféricas, estudantis, digitais e do mundo do trabalho. Para isso, é urgente a convocação do Congresso da Juventude do PT, espaço legítimo para que a militância jovem debata profundamente os rumos do partido, ajude a reorganizar sua estratégia e reconstrua, com a base, um programa capaz de conquistar mais mentes e corações para o projeto popular e democrático que defendemos.

Durante a pandemia, a JPT foi capaz de mobilizar de maneira direta, 12.000 jovens petistas. Em condições adversas de mobilização pela conjuntura, o resultado é expressivo e demonstra força. É preciso para a disputa real da sociedade que a maior juventude organizada das Américas atualize seus quadros diretivos e construa um programa atualizado à sociedade pós-pandêmica, em um processo de reconstrução e transformação do Brasil com Lula.

Diante disso, queremos sensibilizar a direção partidária para a realização do Congresso da JPT no segundo semestre de 2025, por entender que é um momento estratégico de mobilização para

atualizações das nossas políticas e direções. Uma juventude forte será fundamental para vencer com Lula em 2026.

Viva a JPT!

Moção ao 17º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores: Lawfare Nunca Mais!

Um dos grandes desafios da esquerda brasileira, que tem como um dos seus maiores expoentes o Partido dos Trabalhadores, é detectar e neutralizar e criar mecanismos efetivos de combate ao lawfare.

Como um elemento da guerra híbrida, o lawfare é o uso estratégico do direito em consórcio com a mídia corporativa para atacar inimigos políticos do neoliberalismo, sobretudo o norte-americano, e, no caso do Brasil, visa a aniquilar prioritariamente o Partido dos Trabalhadores. O lawfare representa uma ameaça crescente à democracia e à soberania nacional. Essa prática de dominação estratégica combina outros elementos da guerra híbrida, na qual, além da atuação judicial, são empregados métodos, como as operações psicológicas e o uso massivo de redes sociais, para manipular a opinião pública e desestabilizar governos que não se alinham aos interesses geopolíticos e econômicos estadunidenses.

No Brasil, o marco inicial dessa ofensiva foi a ação penal 470 (AP 470), também conhecida como "Mensalão", no qual a máquina jurídico-midiática foi usada para enfraquecer a liderança petista e garantir a

implementação de um modelo de governança alinhado aos interesses do mercado financeiro internacional. A operação teve como objetivo não apenas a perseguição para deslegitimar políticos petistas, mas também a destruição de um projeto de desenvolvimento nacional que contrariava os interesses do deus mercado. A ação coordenada de procuradores, juízes e meios de comunicação visava construir o estigma de corrupção, essencial para deslegitimar o governo petista e minar a confiança da população nas instituições democráticas.

A operação Lava Jato seguiu o mesmo *modus operandi*, usando a mídia como amplificadora de uma narrativa construída para enfraquecer as grandes empresas nacionais e, ao mesmo tempo, criminalizar para neutralizar a ação de lideranças políticas, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e seus aliados. A Lava Jato, articulada por agentes estrangeiros, não apenas prejudicou o Brasil no plano econômico, mas também teve um impacto devastador na confiança do povo brasileiro nas instituições nacionais.

A operação Lava Jato e outras ações de *lawfare*, dela decorrentes, interromperam políticas públicas, causando enormes prejuízos às empresas brasileiras, especialmente no setor energético. O enfraquecimento dessas corporações, como a Petrobras, teve consequências diretas sobre a soberania econômica do Brasil, permitindo que interesses estrangeiros, especialmente estadunidenses, assumissem um controle maior sobre as riquezas nacionais. Isso se alinha ao projeto mais amplo de transformar o Brasil em uma "fazenda exportadora de commodities", com uma força de

trabalho precarizada e sem direitos, sem capacidade de reter o valor agregado dos recursos naturais que explora.

O lawfare não é um fenômeno isolado, faz parte de uma estratégia ampla para conter a ascensão de projetos nacionais soberanos. Na América Latina tal guerra atingiu os governos de 13 países: Brasil, Bolívia, Equador, Honduras, Paraguai, El Salvador, Guatemala, Panamá, Nicarágua, Argentina, Chile, Colômbia e Peru.

No Brasil são inúmeros os casos contra representantes do Partido dos Trabalhadores, em todas as esferas de governo. Prefeitos, governadores e presidentes são vítimas dessas operações de lawfare. Dilma sofreu um golpe de estado e Lula amargou 580 dias de prisão.

A resposta política a esse fenômeno é urgente. E o Partido dos Trabalhadores precisa estar à frente dessa luta. É urgente resgatar os companheiros que já foram vitimados pelo lawfare e buscar os meios para responsabilizar os operadores dessa estratégia. Juízes, procuradores, agentes públicos e jornalistas que atuaram de forma ilegítima e em conluio com interesses externos devem ser responsabilizados por suas ações, que corromperam e comprometeram a integridade do sistema judicial, além de violarem direitos fundamentais de companheiros.

É necessário criar políticas públicas que protejam a soberania nacional contra o ataque sistemático do lawfare. É urgente a criação da Rede Nacional de Monitoramento e Combate ao Lawfare, conforme proposta aprovada no PPA Participativo. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) já aprovou uma Recomendação à Presidência da República nesse sentido.

É urgente revisar as leis usadas para operar o lawfare e criar novas normativas que protejam a soberania jurídica, política e econômica do Brasil.

A luta contra o lawfare deve ser, portanto, uma prioridade no cenário político nacional e internacional. O Brasil não pode se submeter a um sistema jurídico e midiático que seja usado como ferramenta de desestabilização da democracia. O PT, com sua histórica defesa da soberania nacional e dos direitos sociais, deve liderar essa resistência, tanto no plano interno quanto internacional.

A luta da resistência contra o lawfare é, antes de tudo, uma questão de justiça, de democracia e de soberania.

Moção ao 17º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores: a criação de um grupo de trabalho, em parceria com a Fundação Perseu Abramo

O 17º Encontro Nacional do PT indica ao presidente eleito Edinho Silva e à nova Direção Nacional a criação de um grupo de trabalho, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, para planejar as comemorações dos 50 anos do partido.

Em 2025, o PT completou 45 anos. Hoje, o Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), da Fundação Perseu Abramo, preserva o acervo do Diretório Nacional, acervo essencial para compreender a história do partido, da esquerda e da classe trabalhadora no Brasil. Esse material

documenta a luta democrática, a construção de direitos e o papel estratégico do PT na reorganização da esquerda após a ditadura.

Propomos que o grupo de trabalho tenha como missão central a criação de um novo Centro de Memória do PT, moderno, aberto à militância e à altura do legado político do partido. Um espaço que preserve, valorize e dê acesso à trajetória histórica do PT, como referência viva na defesa da democracia, dos direitos e da luta anticapitalista no Brasil.

O PT representa para a esquerda brasileira a experiência contemporânea de maior amplitude e sucesso no período democrático e republicano. Um Centro de Memória do Partido dos Trabalhadores deve se tornar um marco de relevância inestimável, servindo como referência na preservação da memória da luta anticapitalista, da defesa da democracia e dos direitos no Brasil.

Moção e emenda Bernadete Pacífico ao 17º Encontro Nacional do PT por Unidade Petista pelas Vidas Quilombolas

“QUILOMBOLAS PETISTAS”

Não é possível fechar os olhos para os assassinatos de lideranças quilombolas em vários estados do Brasil, resultado dos conflitos territoriais que afetam comunidades remanescentes de quilombos há mais de dez anos - situação que se agrava com o baixo orçamento destinado aos órgãos agrários estaduais e federal.

De acordo com os compromissos históricos do PT, que todos nós petistas e quilombolas reivindicamos, endossamos a nota da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), entidade máxima da luta quilombola no Brasil, que representa mais de 1,3 milhão de famílias brasileiras. A população quilombola está presente em mais de 1.700 municípios, em 24 estados e no Distrito Federal.

A CONAQ informou sua retirada da 18ª Mesa Quilombola do Diálogo Nacional com o INCRA - uma decisão que reflete a falta de orçamento federal para dar conta das demandas. Mas há solução. Segundo dados da Terra de Direitos, “no ritmo atual, o Brasil levará 2.188 (dois mil cento e oitenta e oito) anos para titular todos os territórios quilombolas com processos abertos no INCRA”. Diante dessa morosidade estrutural na titulação, os núcleos nacionais das diversas tendências internas do PT (CNB Quilombolas e Quilombolas Petistas), em unidade e maturidade política, reafirmam que existe solução: é preciso garantir o cumprimento da legislação nacional e internacional - como o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Decreto nº 4.887/2003 e a Convenção nº 169 da OIT.

A solução é taxar os BBB (Bilionários, Bancos e Bets) para ampliar o orçamento do INCRA e de todos os órgãos estaduais de regularização fundiária, garantindo o cumprimento das constituições estaduais e do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal. Assim, será possível titular os territórios e assegurar segurança jurídica a milhões de famílias quilombolas em todo o país, pondo fim aos conflitos territoriais. Titular os territórios quilombolas é também salvar o planeta da emergência

climática, fortalecendo a proteção dos quilombos, dos biomas, da fauna e da flora brasileiras.

Em tempos de COP30, essa pauta é ainda mais urgente. O governo do PT, com nosso Presidente Lula, está mudando a história dos impostos no Brasil. Quem ganha até R\$ 5 mil mensais não pagará mais Imposto de Renda. Quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil pagará menos. E quem sempre pagou quase nada - os super-ricos - agora vai pagar o justo. Bilionários, bancos e apostas online vão finalmente contribuir. Essa Taxação BBB é para garantir justiça social e justiça climática.

O dinheiro arrecadado pode ajudar a titular mais quilombos, que protegem nossas florestas, rios e a natureza de verdade. Imposto é necessário, mas justiça também é. O novo IR é justiça histórica: território ancestral garantido, florestas em pé e futuro para quem combate a emergência climática e protege o Brasil.

MOÇÃO AO 17º ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: COP30

O 17º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras saúda a realização da 30ª Conferência das Partes COP30, que acontecerá no Brasil, em Belém do Pará, na Amazônia brasileira. O evento é de extrema importância para a Amazônia, o Brasil e seus povos, crucial para a contribuição da regulação do clima global e a preservação da biodiversidade, a promoção de soluções para a sobrevivência da atual e futuras gerações.

A escolha de Belém como sede da COP30 coloca a Amazônia no centro das discussões sobre mudanças e justiça climática e social. “Eu quero que a Amazônia fale para o mundo”, disse nosso Presidente Lula.

Considerando como fundamental o engajamento do Partido dos Trabalhadores no processo da COP30 e na cúpula do povos, as delegadas e os delegados reunidos no 17º Encontro Nacional deliberam pela constituição de comissão especial responsável pelo acompanhamento da COP30 sob coordenação do presidente nacional, membros (da Amazônia) que compõe a executiva nacional, presidente do diretório estadual do Pará, Secretaria Nacional de Meio Ambiente, Secretaria de Relações Internacionais e representante da FPA.